



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 292

Quarta-feira - 29 de julho de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antonio Carlos	1
Braço do Trombudo	1
Campo Alegre	3
Canoinhas	25
Coronel Martins	38
Forquilha	41
Gaspar	42
José Boiteux	65
Luzerna	66
Massaranduba	67
Paulo Lopes	71
Pinheiro Preto	71
Porto União	72
Rio do Sul	73
São Lourenço do Oeste	78
São Pedro de Alcântara	79
Schroeder	80
Tunápolis	84

Associações

EGEM	86
AMARP	88

Consórcios

CIGA	89
------------	----

Antonio Carlos

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 232

PORTARIA Nº 232/2009
CESSA A PORTARIA Nº 96/2007.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 96/2007, de 27 de Junho de 2007, por ter expirado o prazo máximo de dois anos, de Licença sem Vencimento de Maria Sueli Koerich Cunradi, a partir de 27 de Julho de 2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Comunique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de Julho de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Decreto 16/2009

DECRETO N° 016/2009
"NOMEIA LEILOEIRO"

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA :

Art 1º - Fica nomeado o Sr. Júlio Ramos Luz, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina / JUCESC sob nº AARC 0162, como Leiloeiro Oficial, para proceder ao Leilão Administrativo do Bem do Patrimônio Público Municipal, este que será realizado às 10:00 horas do dia 24 de agosto de 2009, tendo como local a Sala da Câmara de Vereadores, sito na Rua Leopoldo Joenck, nº 38, Bairro Centro, cidade de Braço do Trombudo – SC.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 28 de julho de 2009.
VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado nos lugares de costume em data supra.

Leilao 49/2009

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 049/2009.

O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC, com sede na Praça da Independência, 25 - CEP 89.178-000, bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 95.952.230/0001-67, na forma que dispõe a Lei 8.666/93 com suas alterações e a IN 110/09, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

da avaliação. O leilão será realizado às 10:00 horas do dia 24 de AGOSTO de 2009, tendo como local a Sala da Câmara de Vereadores, sito na Rua Leopoldo Joenck, nº 38, Bairro Centro, cidade de Braço do Trombudo, SC.

Bens:

LOTE 01: 01 (um) automóvel GM Vectra Expression ano/modelo 2002, movido a gasolina, de cor prata, chassi nº 9BGJG19H02B140804, placa MCJ 8012, RENAVAM 777.530.988. Lance inicial R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

LOTE 02: 01 (um) automóvel Fusca VW 1600, ano/modelo 1983, movido a gasolina, de cor branca, chassi nº 9BWZZZ11ZDP089663, placa LYB 3306, RENAVAM 547.532.490. Lance inicial R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

LOTE 03: 01 (um) Trator Agrícola Massey Ferguson 275, ano/modelo 1981, série/motor 116822H. Lance inicial R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Braço do Trombudo, 28 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Campo Alegre

Prefeitura Municipal

Demonstrativo consolidado da despesa com pessoal

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2008 A JUNHO/2009

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.584.750,65	0,00
Pessoal Ativo	6.981.345,13	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	603.405,52	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	603.405,52	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	603.405,52	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.981.345,13	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.981.345,13	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.859.603,24	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,37	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	8.315.761,94	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	7.899.973,85	
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

Demonstrativo da dívida consolidada líquida

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	213.491,70	213.491,70	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	213.491,70	213.491,70	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	213.491,70	213.491,70	0,00
Previdenciárias	213.491,70	213.491,70	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.242.482,22	2.956.135,48	—
Ativo Disponível	2.271.652,32	3.086.264,61	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	29.170,10	130.129,13	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.028.990,52	-2.742.643,78	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.890.971,70	13.859.603,24	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,54%	1,54%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,61%	-19,79%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.669.166,04	16.631.523,89	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	7.848.392,85	7.848.392,85	0,00
Passivo Atuarial	7.848.392,85	7.848.392,85	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	6.085.289,79	6.809.841,24	0,00
Ativo Disponível	1.180,87	9.438,79	0,00
Investimentos	6.084.108,92	6.801.763,20	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	1.360,75	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	1.763.103,06	1.038.551,61	0,00

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Assento de Contabilidade Interna

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Relatório de gestão fiscal

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2009

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.890.971,70	13.859.603,24	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.056.013,77	3.049.112,71	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Demonstrativo das operações de crédito

Município de CAMPO ALEGRE - Poder Executivo
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.859.603,24	—
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (Ia)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.217.536,52	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	970.172,23	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (Ia + IIa)	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
 PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
 Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
 Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
 Agente do Controle Interno

Demonstrativo consolidado da disponibilidade de caixa

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.086.264,61	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	395.021,41
Caixa	0,00	Depósitos	106.995,22
Bancos	3.086.264,61	Restos a Pagar Processados	130.129,13
Conta Movimento	585.848,95	Do Exercício	130.129,13
Contas Vinculadas	568.942,33	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	1.931.473,33	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	157.897,06
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	—	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.691.243,20
TOTAL	3.086.264,61	TOTAL	3.086.264,61
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			3.030.528,52
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	6.811.201,99	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	1.360,75
Bancos	6.811.201,99	Restos a Pagar Processados	1.360,75
Conta Movimento	9.438,79	Do Exercício	1.360,75
Aplicações Financeiras	6.801.763,20	De Exercícios Anteriores	0,00
		RP Não-processados de Exercícios Anteriores	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	—	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	6.809.841,24
TOTAL	6.811.201,99	TOTAL	6.811.201,99
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			13.690,34
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			6.796.150,90

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Demonstrativo consolidado dos restos a pagar

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	112.042,03	157.897,06	2.745.217,06	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALE	0,00	112.042,03	157.897,06	2.745.217,06	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	19.447,85	0,00	287.525,28	0,00
INST DE PREV SOC DOS FUN PU DO MUI	0,00	1.360,75	0,00	13.690,34	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO	0,00	17.837,10	0,00	233.953,46	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO	0,00	250,00	0,00	39.777,39	0,00
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	104,09	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	11.476,52	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	0,00	0,00	0,00	11.476,52	0,00
TOTAL	0,00	131.489,88	157.897,06	3.044.218,86	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Apurado no Anexo V Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

9.501.084,44

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	104,09	0,00
Recursos Ordinários	0,00	250,00	0,00	39.777,39	0,00
XCONTA TRANSITO	0,00	0,00	0,00	244,07	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	0,00	13.101,22	0,00	176.725,12	0,00
PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	0,00	1.383,10	0,00	10.483,09	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
PAB - Fixo	0,00	1.744,30	0,00	28.736,77	0,00
PAB - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	7.350,00	0,00
Farmácia Básica Federal	0,00	0,00	0,00	291,89	0,00
MAC/TFD	0,00	0,00	0,00	4.260,00	0,00
PPI Epidemiológica	0,00	748,57	0,00	6.106,59	0,00
Recursos Ordinários	0,00	79.834,40	23.920,00	862.164,31	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTO M	0,00	0,00	0,00	11.476,52	0,00
Recursos Fundeb 60%	0,00	2.935,31	0,00	0,00	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	7.552,05	0,00	19.799,87	0,00
Contribuição do Servidor Ativo ao RPPS	0,00	1.360,75	0,00	13.690,34	0,00
Recursos Fundeb 40%	0,00	58,88	0,00	0,00	0,00
Recursos PNAE Merenda Escolar	0,00	9.160,66	0,00	3.093,74	0,00
Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	859,91	0,00	0,00	0,00
Recursos Policia Civil	0,00	78,00	0,00	477,00	0,00
Recursos Policia Militar	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00
PNAC - Programa de Alimentação de Creches	0,00	990,56	0,00	1.268,34	0,00
Transporte Escolar - ESTADO	0,00	0,00	0,00	81.268,00	0,00
PNATE - Programa Nacional de Transporte Es	0,00	0,00	0,00	60.898,26	0,00
Recursos Cosip	0,00	1.893,65	0,00	0,00	0,00
Recursos CIDE	0,00	2.848,41	0,00	10.379,87	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Ens	0,00	2.506,77	43,20	1.649.414,39	0,00
Radio Patrulha - Policia Militar	0,00	2.026,73	42,00	19.217,67	0,00
Taxa FUNREBOM	0,00	32,79	35,00	3.674,89	0,00

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Recursos PNAP Merenda Escolar	0,00	2.003,82	0,00	3.316,65	0,00
Convênio União - Programa de Pavimentação	0,00	0,00	133.856,86	0,00	0,00
TOTAL :	0,00	131.489,88	157.897,06	3.044.218,86	0,00

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2009

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.981.345,13	50,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.315.761,94	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.899.973,85	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.742.643,78	-19,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.631.523,89	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.049.112,71	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.217.536,52	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	970.172,23	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	3.044.218,86	9.501.084,44

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Balanco orçamentário

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.136.733,18	16.136.733,18	2.875.562,61	17,82	7.791.621,51	48,28	8.345.111,67
RECEITAS CORRENTES	15.906.733,18	15.906.733,18	2.765.592,08	17,39	7.634.650,98	48,00	8.272.082,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.974.753,25	1.974.753,25	330.429,50	16,73	1.017.528,80	51,53	957.224,45
IMPOSTOS	1.496.468,99	1.496.468,99	223.359,41	14,93	749.440,44	50,08	747.028,55
TAXAS	366.137,26	366.137,26	101.744,83	27,79	242.096,69	66,12	124.040,57
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	112.147,00	112.147,00	5.325,26	4,75	25.991,67	23,18	86.155,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	968.566,00	968.566,00	141.228,59	14,58	427.593,93	44,15	540.972,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	453.000,00	453.000,00	68.599,16	15,14	201.854,56	44,56	251.145,44
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	515.566,00	515.566,00	72.629,43	14,09	225.739,37	43,78	289.826,63
RECEITA PATRIMONIAL	750.423,00	750.423,00	142.240,18	18,95	428.647,04	57,12	321.775,96
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.176,00	3.176,00	126,60	3,99	489,52	15,41	2.686,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	747.247,00	747.247,00	142.113,58	19,02	428.157,52	57,30	319.089,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.973.384,92	11.973.384,92	2.123.378,43	17,73	5.675.643,76	47,40	6.297.741,16
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.747.801,98	11.747.801,98	2.070.077,38	17,62	5.528.378,58	47,06	6.219.423,40
Transf. de Instituições Privadas	4.275,00	4.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.275,00
Transf. de Pessoas	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Transf. de Conv.	220.907,94	220.907,94	53.301,05	24,13	147.265,18	66,66	73.642,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.606,01	239.606,01	28.315,38	11,82	85.237,45	35,57	154.368,56
Multas e Juros de Mora	74.880,01	74.880,01	8.282,58	11,06	26.453,44	35,33	48.426,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.619,00	7.619,00	6.448,40	84,64	13.757,59	180,57	-6.138,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	130.907,00	130.907,00	13.584,40	10,38	45.026,26	34,40	85.880,74
RECEITAS DIVERSAS	26.200,00	26.200,00	0,00	0,00	0,16	0,00	26.199,84
RECEITAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	109.970,53	47,81	156.970,53	68,25	73.029,47
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	110.000,00	366,67	110.000,00	366,67	-80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	-110.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	-29,47	0,00	46.970,53	23,49	153.029,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	-29,47	0,00	46.970,53	0,00	-46.970,53
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	786.306,00	786.306,00	119.104,73	15,15	349.986,12	44,51	436.319,88
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	786.306,00	786.306,00	119.104,73	15,15	349.986,12	44,51	436.319,88
Receitas de Contribuições	786.306,00	786.306,00	119.104,73	15,15	349.986,12	44,51	436.319,88
Contribuições Sociais	786.306,00	786.306,00	119.104,73	15,15	349.986,12	44,51	436.319,88
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.923.039,18	16.923.039,18	2.994.667,34	17,70	8.141.607,63	48,11	8.781.431,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.923.039,18	16.923.039,18	2.994.667,34	17,70	8.141.607,63	48,11	8.781.431,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.923.039,18	16.923.039,18	2.994.667,34	17,70	8.141.607,63	48,11	8.781.431,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	1.319.430,12	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.136.665,18	1.368.030,12	17.504.695,30	2.082.781,96	9.554.513,39	2.367.610,75	6.160.134,31	35,19	11.344.560,99
DESPESAS CORRENTES	13.194.218,20	173.950,94	13.368.169,14	1.680.486,11	7.830.500,47	2.126.183,88	5.865.565,38	43,86	7.504.603,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.777.306,04	48.858,94	6.826.164,98	1.028.106,64	3.013.038,47	1.028.106,64	3.013.038,47	44,14	3.813.126,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.416.912,16	125.092,00	6.542.004,16	652.379,47	4.817.462,00	1.098.077,24	2.850.526,91	43,57	3.691.477,25
DESPESAS DE CAPITAL	1.344.390,98	1.194.079,18	2.538.470,16	402.295,85	1.724.012,92	241.426,87	296.568,93	11,68	2.241.901,23
INVESTIMENTOS	1.269.390,98	1.269.079,18	2.538.470,16	402.295,85	1.724.012,92	241.426,87	296.568,93	11,68	2.241.901,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	-75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.468.056,00	0,00	1.468.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.468.056,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	786.374,00	-1.600,00	784.774,00	119.104,73	350.168,29	119.104,73	350.168,29	44,62	434.605,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	786.374,00	-1.600,00	784.774,00	119.104,73	350.168,29	119.104,73	350.168,29	44,62	434.605,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.923.039,18	1.366.430,12	18.289.469,30	2.201.886,69	9.904.681,68	2.486.715,48	6.510.302,60	35,60	11.779.166,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.923.039,18	1.366.430,12	18.289.469,30	2.201.886,69	9.904.681,68	2.486.715,48	6.510.302,60	35,60	11.779.166,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.631.305,03	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.923.039,18	1.366.430,12	18.289.469,30	2.201.886,69	9.904.681,68	2.486.715,48	8.141.607,63	35,60	11.779.166,70

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 605.953,03

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPALAURIENE ROEPKE
Secretária de FinançasMARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.136.665,18	17.504.695,30	2.082.781,96	9.554.513,39	2.367.610,75	6.160.134,31	94,62	35,19	11.344.560,99
Legislativa	420.615,00	420.615,00	70.472,25	199.587,88	74.093,45	181.712,41	2,79	43,20	238.902,59
Ação Legislativa	420.615,00	420.615,00	70.472,25	199.587,88	74.093,45	181.712,41	2,79	43,20	238.902,59
Administração	1.846.602,00	1.771.602,00	198.995,44	966.962,15	254.999,34	748.517,55	11,50	42,25	1.023.084,45
Administração Geral	1.380.212,00	1.382.212,00	142.290,88	775.442,07	190.205,79	573.207,19	8,80	41,47	809.004,81
Administração Financeira	243.190,00	241.130,00	36.914,78	126.961,75	42.855,19	113.414,12	1,74	47,03	127.715,88
Formação de Recursos Humanos	18.200,00	18.260,00	560,00	9.506,94	2.708,58	6.844,85	0,11	37,49	11.415,15
Administração de Receitas	130.000,00	130.000,00	19.229,78	55.051,39	19.229,78	55.051,39	0,85	42,35	74.948,61
Serviço da Dívida Interna	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	165.269,18	205.369,18	9.995,33	63.217,14	14.235,18	33.506,02	0,51	16,32	171.863,16
Policimento	87.670,80	115.870,80	9.847,54	50.765,53	12.030,22	28.506,76	0,44	24,60	87.364,04
Defesa Civil	77.598,38	89.498,38	147,79	12.451,61	2.204,96	4.999,26	0,08	5,59	84.499,12
Assistência Social	377.107,36	377.107,36	35.837,41	186.679,85	50.481,03	135.945,83	2,09	36,05	241.161,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	76.671,00	76.671,00	11.356,09	35.110,66	11.859,75	33.154,22	0,51	43,24	43.516,78
Assistência Comunitária	300.436,36	300.436,36	24.481,32	151.569,19	38.621,28	102.791,61	1,58	34,21	197.644,75
Previdência Social	2.123.536,00	2.123.536,00	110.730,18	330.744,55	117.760,44	316.402,94	4,86	14,90	1.807.133,06
Previdência do Regime Estatutário	2.123.536,00	2.123.536,00	110.730,18	330.744,55	117.760,44	316.402,94	4,86	14,90	1.807.133,06
Saúde	3.034.025,16	3.047.025,16	392.315,77	1.717.817,59	496.899,61	1.376.330,05	21,14	45,17	1.670.695,11
Atenção Básica	2.167.260,04	2.167.260,04	353.509,43	1.064.366,91	352.379,83	972.735,42	14,94	44,88	1.194.524,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.600,00	106.600,00	-447,71	106.152,29	17.140,50	49.202,29	0,76	46,16	57.397,71
Suporte Profilático e Terapêutico	714.256,16	714.256,16	38.200,23	503.798,97	120.482,80	324.349,51	4,98	45,41	389.906,65
Vigilância Sanitária	21.431,00	21.431,00	396,26	17.918,92	3.133,26	10.568,92	0,16	49,32	10.862,08
Vigilância Epidemiológica	22.878,96	22.878,96	657,56	25.580,50	3.763,22	19.473,91	0,30	54,28	16.405,05
Alimentação e Nutrição	1.599,00	1.599,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.599,00
Educação	4.373.276,84	5.571.091,08	388.101,03	3.502.495,77	686.731,20	1.587.645,99	24,39	28,50	3.983.445,09
Alimentação e Nutrição	126.340,00	126.340,00	37.698,08	94.815,15	29.493,95	64.438,99	0,99	51,00	61.901,01
Ensino Fundamental	3.200.528,84	4.398.343,08	188.197,26	2.930.348,84	491.728,07	1.067.467,21	16,40	24,27	3.330.875,87
Educação Infantil	1.046.408,00	1.046.408,00	162.205,69	477.331,78	165.509,18	455.739,79	7,00	43,55	590.668,21
Cultura	263.490,00	333.605,88	65.048,34	151.922,74	72.579,02	140.033,65	2,15	41,98	193.572,23
Difusão Cultural	263.490,00	333.605,88	65.048,34	151.922,74	72.579,02	140.033,65	2,15	41,98	193.572,23
Urbanismo	1.927.062,20	1.637.062,20	259.232,79	833.609,22	247.078,05	738.365,49	11,34	45,10	898.696,71
Infra-Estrutura Urbana	515.566,00	475.566,00	68.193,01	204.053,85	68.193,01	204.053,85	3,13	42,91	271.512,15
Serviços Urbanos	1.411.496,20	1.161.496,20	191.039,78	629.555,37	178.885,04	534.311,64	8,21	46,00	627.184,56
Habitação	20.000,00	370.000,00	320.506,48	329.914,97	81.589,20	90.997,69	1,40	24,59	279.002,31
Habitação Urbana	20.000,00	370.000,00	320.506,48	329.914,97	81.589,20	90.997,69	1,40	24,59	279.002,31
Saneamento	305.618,00	305.618,00	110.662,96	269.236,42	51.150,18	130.854,29	2,01	42,82	174.763,71
Saneamento Básico Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	2.670,00	0,00	870,00	0,01	8,70	9.130,00
Saneamento Básico Urbano	295.618,00	295.618,00	110.662,96	266.566,42	51.150,18	129.984,29	2,00	43,97	165.633,71
Gestão Ambiental	40.450,00	40.450,00	0,00	36.000,00	7.200,00	14.400,00	0,22	35,60	26.050,00
Preservação e Conservação Ambiental	40.450,00	40.450,00	0,00	36.000,00	7.200,00	14.400,00	0,22	35,60	26.050,00
Agricultura	279.945,00	326.945,00	61.070,10	217.596,09	35.622,23	162.070,47	2,49	49,57	164.874,53
Extensão Rural	279.945,00	326.945,00	61.070,10	217.596,09	35.622,23	162.070,47	2,49	49,57	164.874,53
Indústria	12.465,00	12.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.465,00
Produção Industrial	12.465,00	12.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.465,00
Comércio e Serviços	27.430,00	42.430,00	3.634,87	34.301,07	17.847,76	22.237,71	0,34	52,41	20.192,29
Promoção Comercial	10.540,00	25.540,00	0,00	22.560,00	15.756,00	17.268,00	0,27	67,61	8.272,00
Turismo	16.890,00	16.890,00	3.634,87	11.741,07	2.091,76	4.969,71	0,08	29,42	11.920,29
Transporte	737.023,44	737.023,44	51.082,96	682.907,37	141.709,92	457.271,46	7,02	62,04	279.751,98
Transporte Rodoviário	737.023,44	737.023,44	51.082,96	682.907,37	141.709,92	457.271,46	7,02	62,04	279.751,98
Desporto e Lazer	52.750,00	52.750,00	5.096,05	31.520,58	17.634,14	23.842,76	0,37	45,20	28.907,24
Desporto Comunitário	40.250,00	38.910,00	4.970,65	19.055,18	16.101,36	17.962,63	0,28	46,16	20.947,37
Lazer	12.500,00	13.840,00	125,40	12.465,40	1.532,78	5.880,13	0,09	42,49	7.959,87
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	786.374,00	784.774,00	119.104,73	350.168,29	119.104,73	350.168,29	5,38	44,62	434.605,71
Legislativa	6.100,00	6.100,00	1.073,54	2.900,18	1.073,54	2.900,18	0,04	47,54	3.199,82
Ação Legislativa	6.100,00	6.100,00	1.073,54	2.900,18	1.073,54	2.900,18	0,04	47,54	3.199,82
Administração	75.350,00	75.350,00	11.647,64	34.459,69	11.647,64	34.459,69	0,53	45,73	40.890,31
Administração Geral	58.250,00	58.250,00	8.695,76	26.301,42	8.695,76	26.301,42	0,40	45,15	31.948,58
Administração	75.350,00	75.350,00	11.647,64	34.459,69	11.647,64	34.459,69	0,53	45,73	40.890,31
Administração Financeira	17.100,00	17.100,00	2.951,88	8.158,27	2.951,88	8.158,27	0,13	47,71	8.941,73
Assistência Social	20.584,00	20.584,00	3.130,78	9.270,90	3.130,78	9.270,90	0,14	45,04	11.313,10
Assistência Comunitária	20.584,00	20.584,00	3.130,78	9.270,90	3.130,78	9.270,90	0,14	45,04	11.313,10
Saúde	202.800,00	202.800,00	31.408,45	90.053,55	31.408,45	90.053,55	1,38	44,41	112.746,45
Atenção Básica	202.800,00	202.800,00	31.408,45	90.053,55	31.408,45	90.053,55	1,38	44,41	112.746,45
Educação	345.380,00	343.780,00	51.345,52	152.306,21	51.345,52	152.306,21	2,34	44,30	191.473,79
Ensino Fundamental	194.820,00	193.220,00	28.098,44	84.227,77	28.098,44	84.227,77	1,29	43,59	108.992,23
Educação Infantil	150.560,00	150.560,00	23.247,08	68.078,44	23.247,08	68.078,44	1,05	45,22	82.481,56
Cultura	11.800,00	11.800,00	2.033,94	5.928,04	2.033,94	5.928,04	0,09	50,24	5.871,96
Difusão Cultural	11.800,00	11.800,00	2.033,94	5.928,04	2.033,94	5.928,04	0,09	50,24	5.871,96
Urbanismo	106.360,00	106.360,00	15.318,64	45.957,29	15.318,64	45.957,29	0,71	43,21	60.402,71
Serviços Urbanos	106.360,00	106.360,00	15.318,64	45.957,29	15.318,64	45.957,29	0,71	43,21	60.402,71
Agricultura	18.000,00	18.000,00	3.146,22	9.292,43	3.146,22	9.292,43	0,14	51,62	8.707,57
Extensão Rural	18.000,00	18.000,00	3.146,22	9.292,43	3.146,22	9.292,43	0,14	51,62	8.707,57
TOTAL (III) = (I + II)	16.923.039,18	18.289.469,30	2.201.886,69	9.904.681,68	2.486.715,48	6.510.302,60	100,00	35,60	11.779.166,70

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPALAURIENE ROEPKE
Secretária de FinançasMARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo da receita corrente líquida

Município de CAMPO ALEGRE														R\$ 1,00	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA															
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA															
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL															
JULHO/2008 A JUNHO/2009															
RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)															
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2009	
	Jul/2008	Ago/2008	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.217.016,24	1.232.909,42	1.306.416,91	1.218.865,03	1.324.428,34	1.642.297,32	1.139.213,77	1.052.775,14	1.508.869,95	1.168.200,04	1.518.048,77	1.247.513,84	15.576.554,77	15.906.733,18	
RECEITA TRIBUTÁRIA	142.146,17	118.389,76	159.268,54	101.136,13	107.617,68	149.130,23	71.547,77	81.117,52	438.112,19	96.321,82	200.859,22	129.570,28	1.795.217,31	1.974.753,25	
I.P.T.U.	17.852,17	8.043,27	7.206,42	4.761,24	2.789,00	11.971,94	0,00	0,00	249.597,75	17.406,92	17.489,61	19.568,46	356.686,78	455.573,00	
I.S.S.	44.840,57	62.921,40	47.705,61	43.783,21	60.604,71	52.206,93	48.922,38	40.357,93	43.442,22	35.632,62	54.294,55	46.678,51	581.390,64	683.379,99	
I.T.B.I.	31.703,72	14.659,89	58.200,76	30.182,84	15.566,40	10.028,01	10.042,77	5.050,06	6.316,07	14.032,19	35.192,69	13.176,66	244.152,06	149.060,00	
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.697,74	14.419,34	27.652,44	7.111,05	17.206,32	17.804,09	89.890,98	204.226,00	
Outras Receitas Tributárias	47.749,71	32.765,20	46.155,75	22.408,84	28.657,57	74.923,35	6.884,88	21.290,19	111.103,71	22.139,04	76.676,05	32.342,56	523.096,85	482.514,26	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.434,72	31.540,38	107.841,36	70.972,63	69.372,67	95.163,15	70.163,70	68.270,26	74.528,95	73.402,43	71.434,99	69.793,60	872.918,84	968.566,00	
RECEITA PATRIMONIAL	70.040,11	69.091,04	68.610,19	63.966,13	74.808,55	81.240,18	73.403,69	71.992,66	76.522,79	64.487,72	74.116,18	68.124,00	856.403,24	750.423,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	924.819,27	1.001.172,28	964.588,54	976.694,08	1.064.660,86	1.278.884,50	912.578,16	813.498,52	903.724,17	922.464,48	1.129.157,87	994.220,56	11.886.463,29	11.973.384,92	
Cota-Parte do F.P.M.	359.532,00	439.160,08	386.745,62	368.079,75	466.431,37	715.782,36	363.995,00	339.337,33	271.272,12	323.820,90	384.682,53	331.903,13	4.750.742,19	4.515.208,80	
Cota-Parte do I.C.M.S.	244.407,06	234.677,86	235.552,36	234.740,81	219.123,55	244.835,27	223.584,47	196.763,35	257.724,17	211.400,91	233.193,22	235.691,67	2.771.694,70	3.090.700,80	
Cota-Parte do I.P.V.A.	33.345,60	31.799,57	33.832,69	40.776,93	20.527,37	17.964,59	16.928,30	30.482,70	35.611,17	34.953,33	36.771,04	34.305,76	367.299,05	352.128,80	
Cota-Parte do ITR	265,30	361,14	540,52	15.206,24	3.547,04	843,74	86,34	0,00	224,41	168,43	43,30	82,58	21.369,04	2.092,01	
Transferências da LC 61/1989	6.885,40	9.129,70	8.794,00	9.167,10	9.165,00	9.410,00	6.093,99	4.983,80	4.004,64	2.978,21	5.564,96	4.650,15	80.826,95	103.197,59	
Transferências da LC 87/1996	1.908,98	1.908,98	1.908,98	1.908,98	1.908,98	1.908,98	1.822,20	1.822,20	1.822,20	1.822,20	1.822,20	1.822,20	22.387,08	24.683,20	
Transferências do FUNDEB	173.948,98	189.099,88	172.982,94	195.858,84	193.778,61	164.976,42	223.850,61	188.988,60	197.414,35	176.122,15	240.182,27	207.298,40	2.324.502,05	2.536.400,00	
Outras Transferências Correntes	104.525,95	95.035,07	124.231,43	110.955,43	150.178,94	123.163,14	76.217,25	51.120,54	135.651,11	171.198,35	226.898,35	178.466,67	1.547.642,23	1.348.973,72	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.575,97	12.715,96	6.108,28	6.096,06	7.968,58	37.879,26	11.520,45	17.896,18	15.981,85	11.523,59	42.480,51	-14.165,13	165.581,56	239.606,01	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29,47	-29,47	0,00	
DEDUÇÕES (II)	127.616,64	140.216,97	131.084,42	130.871,58	140.485,49	149.980,91	150.039,50	143.346,31	142.663,29	143.049,40	165.483,24	152.113,78	1.719.869,66	2.022.002,80	
dedução ITBI Recursos Ordinários Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-228,80	0,00	0,00	-228,80	0,00	
Dedução ITBI Recursos da MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-75,00	0,00	0,00	-75,00	0,00	
Dedução ITBI Recursos da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-118,44	0,00	0,00	-118,44	0,00	
Dedução ITBI Recursos MDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77,76	0,00	0,00	-77,76	0,00	
Dedução Receita Rem de Outros Depósitos Banc. R.V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.418,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.418,13	0,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	127.616,64	140.216,97	131.084,42	130.871,58	140.485,49	149.980,91	152.457,63	143.346,31	142.663,29	143.549,40	165.483,24	152.113,78	1.719.869,66	2.022.002,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.089.399,60	1.092.692,45	1.175.332,49	1.087.993,45	1.183.942,85	1.492.316,41	989.174,27	909.428,83	1.366.206,66	1.025.150,64	1.352.565,53	1.095.400,06	13.859.603,24	13.884.730,38	
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE															
CAMPO ALEGRE, 28/07/2009															
VILMAR GROSSKOPF AURIENE ROEPKE MARIA ELIANE FRIEDRICH ROSANA EMILIA GREIPEL															
PREFEITO MUNICIPAL Secretária de Finanças Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1 Agente do Controle Interno															

Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão

Município de CAMPO ALEGRE												R\$ 1,00	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA													
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO													
RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)													
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	29.170,10	-	29.170,10	-	16.747,20	446.765,13	25.420,39	280.194,88	157.897,06			
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	28.087,33	0,00	28.087,33	0,00	16.747,20	417.569,50	14.728,50	261.691,14	157.897,06			
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.977,76	0,00	125.977,76	0,00			
FUNREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de B	0,00	131,65	0,00	131,65	0,00	0,00	1.007,67	270,54	702,13	35,00			
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.617,60	0,00	5.617,60	0,00	0,00	447,82	71,14	376,68	0,00			
SECRET MUNIC DE CULTURA, TURISMO, ESPORTI	0,00	2.626,18	0,00	2.626,18	0,00	0,00	1.238,10	225,21	1.012,89	0,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	937,87	0,00	937,87	0,00	0,00	4.090,50	1.473,17	2.617,33	0,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	70,85	0,00	70,85	0,00	6.228,45	419,49	6.228,45	0,00	0,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	4.293,68	0,00	4.293,68	0,00	0,00	8.002,32	1.604,37	6.354,75	43,20			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	11.185,37	0,00	11.185,37	0,00	0,00	7.748,69	2.131,10	5.617,59	0,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. TRANSPORT	0,00	3.158,88	0,00	3.158,88	0,00	10.518,75	268.363,11	8.454,66	112.608,34	157.818,86			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOL'	0,00	65,25	0,00	65,25	0,00	0,00	274,04	78,82	195,22	0,00			
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207,50	0,00	207,50	0,00			
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207,50	0,00	207,50	0,00			
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGF	0,00	31,65	0,00	31,65	0,00	0,00	3.941,42	954,48	2.986,94	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	31,65	0,00	31,65	0,00	0,00	3.941,42	954,48	2.986,94	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE	0,00	1.051,12	0,00	1.051,12	0,00	0,00	24.546,71	9.727,30	14.819,41	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.051,12	0,00	1.051,12	0,00	0,00	24.546,71	9.727,30	14.819,41	0,00			
INST DE PREV SOC DOS FUN PU DO MUN DE CAMP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	10,11	489,89	0,00			
IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	10,11	489,89	0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	29.170,10	0,00	29.170,10	0,00	16.747,20	446.765,13	25.420,39	280.194,88	157.897,06			
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE													
CAMPO ALEGRE, 28/07/2009													
VILMAR GROSSKOPF	AURIENE ROEPKE	MARIA ELIANE FRIEDRICH	ROSANA EMILIA GREIPEL										
PREFEITO MUNICIPAL	Secretária de Finanças	Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1	Agente do Controle Interno										

Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de previdência dos servidores

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2009	Até o Semestre/2008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.079.830,00	1.079.830,00	572.369,85	572.369,85	448.951,92
RECEITAS CORRENTES	1.079.830,00	1.079.830,00	572.369,85	572.369,85	448.951,92
Receita de Contribuições dos Segurados	453.000,00	453.000,00	201.854,56	201.854,56	175.235,27
Pessoal Civil	453.000,00	453.000,00	201.854,56	201.854,56	175.235,27
Ativo	453.000,00	453.000,00	201.854,56	201.854,56	175.235,27
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	626.830,00	626.830,00	370.515,29	370.515,29	273.716,65
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	626.830,00	626.830,00	370.515,29	370.515,29	273.716,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	786.306,00	786.306,00	349.986,12	349.986,12	304.269,60
RECEITAS CORRENTES	786.306,00	786.306,00	349.986,12	349.986,12	304.269,60
Receita de Contribuições Patronais	786.306,00	786.306,00	349.986,12	349.986,12	304.269,60
Pessoal Civil	786.306,00	786.306,00	349.986,12	349.986,12	304.269,60
Ativo	786.306,00	786.306,00	349.986,12	349.986,12	304.269,60
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.866.136,00	1.866.136,00	922.355,97	922.355,97	753.221,52
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2009	Até o Semestre/2008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.123.536,00	2.123.536,00	316.402,94	316.402,94	242.855,71
ADMINISTRAÇÃO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	17.887,48
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	17.887,48
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.118.536,00	2.118.536,00	316.402,94	316.402,94	224.968,23
Pessoal Civil	545.400,00	545.400,00	300.255,57	300.255,57	224.968,23
Aposentadorias	373.800,00	373.800,00	222.413,62	222.413,62	167.384,05
Pensões	111.600,00	111.600,00	44.003,38	44.003,38	38.123,14
Outros Benefícios Previdenciários	60.000,00	60.000,00	33.838,57	33.838,57	19.461,04
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.573.136,00	1.573.136,00	16.147,37	16.147,37	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.573.136,00	1.573.136,00	16.147,37	16.147,37	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2009	Até o Semestre/2008
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.123.536,00	2.123.536,00	316.402,94	316.402,94	242.855,71
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	-257.400,00	-257.400,00	605.953,03	605.953,03	510.365,81
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2009	Até o Semestre/2008
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.468.056,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS	DEZEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2009	2008		
Bancos Conta Movimento	1.180,87	9.438,79	102.763,38		
Investimentos	6.084.108,92	6.801.763,20	5.230.238,94		

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc. Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo do resultado nominal

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Dez 2008 (B)	Em 30 Jun 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	213.491,70	213.491,70	213.491,70
DEDUÇÕES (II)	2.242.482,22	2.242.482,22	2.956.135,48
Ativo Disponível	2.271.652,32	2.271.652,32	3.086.264,61
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	29.170,10	29.170,10	130.129,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.028.990,52	-2.028.990,52	-2.742.643,78
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.028.990,52	-2.028.990,52	-2.742.643,78

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2009 (C - A)
VALOR	-713.653,26	-713.653,26

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	12.495,76

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Dez 2008 (B)	Em 30 Jun 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	7.848.392,85	7.848.392,85	7.848.392,85
DEDUÇÕES (VIII)	6.085.289,79	6.085.289,79	6.809.841,24
Ativo Disponível	1.180,87	1.180,87	9.438,79
Investimentos	6.084.108,92	6.084.108,92	6.801.763,20
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	1.360,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	1.763.103,06	1.763.103,06	1.038.551,61
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.763.103,06	1.763.103,06	1.038.551,61

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo do resultado primário

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2009	Até o Semestre 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	15.947.778,18	7.557.720,95	7.557.720,95	7.053.055,42
Receita Tributária	1.974.753,25	1.017.528,80	1.017.528,80	959.518,01
I.P.T.U.	455.573,00	304.062,74	304.062,74	290.489,71
I.S.S.	683.379,99	269.328,21	269.328,21	264.633,00
I.T.B.I.	149.060,00	83.810,44	83.810,44	55.584,93
I.R.R.F.	208.456,00	92.239,05	92.239,05	82.855,35
Outras Receitas Tributárias	478.284,26	268.088,36	268.088,36	265.955,02
Receita de Contribuição	1.754.872,00	777.580,05	777.580,05	715.649,51
Receitas Previdenciárias	1.239.306,00	551.840,68	551.840,68	479.504,87
Outras Contribuições	515.566,00	225.739,37	225.739,37	236.144,64
Receita Patrimonial Líquida	5.162,00	1.730,89	1.730,89	2.108,28
Receita Patrimonial	750.423,00	428.647,04	428.647,04	337.851,24
(-) Aplicações Financeiras	745.261,00	426.916,15	426.916,15	335.742,96
Transferências Correntes	11.973.384,92	5.675.643,76	5.675.643,76	5.247.729,11
F.P.M.	4.515.208,80	2.015.011,01	2.015.011,01	2.113.387,02
I.C.M.S.	3.090.700,80	1.358.357,79	1.358.357,79	1.286.624,44
Convênios	220.907,94	147.265,18	147.265,18	99.845,33
Outras Transferências Correntes	4.146.567,38	2.155.009,78	2.155.009,78	1.747.872,32
Demais Receitas Correntes	239.606,01	85.237,45	85.237,45	128.050,51
Dívida Ativa	130.907,00	45.026,26	45.026,26	66.413,79
Diversas Receitas Correntes	108.699,01	40.211,19	40.211,19	61.636,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	230.000,00	156.970,53	156.970,53	259.000,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	110.000,00	110.000,00	0,00
Transferências de Capital	200.000,00	46.970,53	46.970,53	259.000,00
Convênios	200.000,00	0,00	0,00	239.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	46.970,53	46.970,53	20.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	200.000,00	46.970,53	46.970,53	259.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.147.778,18	7.604.691,48	7.604.691,48	7.312.055,42
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2009	Até o Semestre 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.152.943,14	6.213.733,67	6.213.733,67	5.381.034,84
Pessoal e Encargos Sociais	7.610.938,98	3.363.206,76	3.363.206,76	2.910.382,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.542.004,16	2.850.526,91	2.850.526,91	2.470.652,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.152.943,14	6.213.733,67	6.213.733,67	5.381.034,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.538.470,16	296.568,93	296.568,93	232.626,13
Investimentos	2.538.470,16	296.568,93	296.568,93	195.680,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	36.945,42
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.538.470,16	296.568,93	296.568,93	195.680,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	130.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	-	-	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2009	Até o Semestre 2008
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.468.056,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	1.468.056,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.289.469,30	6.510.302,60	6.510.302,60	5.576.715,55
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.141.691,12	1.094.388,88	1.094.388,88	1.735.339,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.319.430,12	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				36.681,50

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.640.141,00	1.640.141,00	237.072,95	790.834,99	48,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	558.492,01	558.492,01	47.524,09	330.105,96	59,11
1.1.1- IPTU	455.573,00	455.573,00	37.058,07	304.062,74	66,74
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.022,01	4.022,01	926,99	1.280,88	31,85
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	74.447,00	74.447,00	6.332,65	17.274,45	23,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	24.450,00	24.450,00	3.206,38	7.487,89	30,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	149.160,00	149.160,00	48.369,35	83.816,35	56,19
1.2.1- ITBI	149.060,00	149.060,00	48.369,35	84.310,44	56,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100,00	100,00	0,00	5,91	5,91
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(500,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	724.032,99	724.032,99	104.220,58	284.673,63	39,32
1.3.1- ISS	683.379,99	683.379,99	100.973,06	269.328,21	39,41
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.219,00	9.219,00	112,90	2.462,81	26,71
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.000,00	17.000,00	2.386,22	8.538,55	50,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	14.434,00	14.434,00	748,40	4.344,06	30,10
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	208.456,00	208.456,00	36.958,93	92.239,05	44,25
1.4.1- IRRF	208.456,00	208.456,00	36.958,93	92.239,05	44,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.110.014,00	10.110.014,00	1.588.129,76	4.501.848,76	44,53
2.1- Cota-Parte FPM	5.644.011,00	5.644.011,00	895.696,08	2.518.491,10	44,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.644.011,00	5.644.011,00	895.696,08	2.518.491,10	44,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.863.376,00	3.863.376,00	586.106,07	1.697.337,24	43,93
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.854,00	30.854,00	4.555,48	13.666,44	44,29
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	128.996,99	128.996,99	12.769,00	35.341,74	27,40
2.5- Cota-Parte ITR	2.615,01	2.615,01	157,33	756,25	28,92
2.6- Cota-Parte IPVA	440.161,00	440.161,00	88.845,80	236.255,99	53,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.750.155,00	11.750.155,00	1.825.202,71	5.292.683,75	45,04
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	303.288,30	303.288,30	68.641,93	153.954,34	50,76
5.1- Transferências do Salário-Educação	218.654,00	218.654,00	36.333,16	118.361,53	54,13
5.2- Outras Transferências do FNDE	84.634,30	84.634,30	32.308,77	35.592,81	42,05
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	185.639,94	185.639,94	52.152,00	130.418,13	70,25
6.1- Transferências de Convênios	185.639,94	185.639,94	52.152,00	130.418,13	70,25
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-0,00	-0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	488.928,24	488.928,24	120.793,93	284.372,47	58,16

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.022.002,80	2.022.002,80	317.597,02	899.613,65	44,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.128.802,20	1.128.802,20	179.110,42	503.480,09	44,60
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	772.675,20	772.675,20	117.221,18	338.979,45	43,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.170,80	6.170,80	911,08	2.733,24	44,29
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.799,40	25.799,40	2.553,89	7.065,99	27,39
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	523,00	523,00	31,45	151,19	28,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	88.032,20	88.032,20	17.769,00	47.203,69	53,62
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.545.145,00	2.545.145,00	448.662,25	1.237.121,70	48,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.536.400,00	2.536.400,00	447.480,67	1.233.856,38	48,65
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.745,00	8.745,00	1.181,58	3.265,32	37,34
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	514.397,20	514.397,20	129.883,65	334.242,73	64,98

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.027.791,00	2.063.291,00	302.689,50	870.028,97	42,17
13.1- Com Educação Infantil	893.361,00	933.361,00	152.627,14	427.983,53	45,85
13.2- Com Ensino Fundamental	1.134.430,00	1.129.930,00	150.062,36	442.045,44	39,12
14- OUTRAS DESPESAS	517.354,00	557.892,94	55.736,69	166.441,57	29,83
14.1- Com Educação Infantil	198.207,00	158.207,00	21.720,23	64.436,01	40,73
14.2- Com Ensino Fundamental	319.147,00	399.685,94	34.016,46	102.005,56	25,52
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.545.145,00	2.621.183,94	358.426,19	1.036.470,54	39,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					76.038,94
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					76.038,94
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				76.038,94	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 ²				76.038,94	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.937.538,75	2.937.538,75	456.300,68	1.323.170,94	45,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.155.868,00	1.155.868,00	180.920,52	511.561,93	44,26
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.091.568,00	1.091.568,00	174.347,37	492.419,54	45,11
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	64.300,00	64.300,00	6.573,15	19.142,39	29,77
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.947.420,60	4.143.634,84	439.364,53	1.001.441,22	24,17
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.453.577,00	1.529.615,94	184.078,82	544.051,00	35,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.493.843,60	2.614.018,90	255.285,71	457.390,22	17,50
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.103.288,60	5.299.502,84	620.285,05	1.513.003,15	28,55
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					60.817,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.265,32
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					76.038,94
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					1.076,37
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					141.198,58
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.371.804,57
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	218.654,00	218.654,00	12.417,18	34.461,52	15,76
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	270.274,24	270.274,24	75.880,54	128.048,54	47,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	488.928,24	488.928,24	88.297,72	162.510,06	33,24
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.592.216,84	5.788.431,08	708.582,77	1.675.513,21	28,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2009 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	43,20		1.076,37		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR		
			FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008			78.218,22	0,00	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			1.233.856,38	0,00	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			1.014.881,38	0,00	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			3.265,32	0,00	
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL			300.458,54	0,00	

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPALAURIENE ROEPKE
Secretária de FinançasMARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 76.038,94, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.750.155,00	11.750.155,00	5.293.183,75	45,05
Impostos	1.496.468,99	1.496.468,99	749.940,44	50,11
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	455.573,00	455.573,00	304.062,74	66,74
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	149.060,00	149.060,00	84.310,44	56,56
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	683.379,99	683.379,99	269.328,21	39,41
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	208.456,00	208.456,00	92.239,05	44,25
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	143.672,01	143.672,01	41.394,55	28,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	13.341,01	13.341,01	3.749,60	28,11
Dívida Ativa dos Impostos	91.447,00	91.447,00	25.813,00	28,23
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	38.884,00	38.884,00	11.831,95	30,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.110.014,00	10.110.014,00	4.501.848,76	44,53
Da União	5.677.480,01	5.677.480,01	2.532.913,79	44,61
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.644.011,00	5.644.011,00	2.518.491,10	44,62
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.615,01	2.615,01	756,25	28,92
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L	30.854,00	30.854,00	13.666,44	44,29
Do Estado	4.432.533,99	4.432.533,99	1.968.934,97	44,42
Cota-Parte do ICMS	3.863.376,00	3.863.376,00	1.697.337,24	43,93
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	128.996,99	128.996,99	35.341,74	27,40
Cota-Parte do IPVA	440.161,00	440.161,00	236.255,99	53,67
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	509.346,12	509.346,12	323.294,84	63,47
Da União para o Município	448.590,12	448.590,12	295.761,47	65,93
Do Estado para o Município	44.405,00	44.405,00	18.776,82	42,29
Demais Municípios para o Município	16.351,00	16.351,00	8.756,55	53,55
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	6.685.540,86	6.685.540,86	3.424.742,69	51,23
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.022.002,80	-2.022.002,80	-899.613,65	44,49
TOTAL	16.923.039,18	16.923.039,18	8.141.607,63	48,11

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.221.375,16	3.217.375,16	1.449.968,95	45,07
Pessoal e Encargos Sociais	2.096.561,04	2.096.561,04	959.983,41	45,79
Outras Despesas Correntes	1.124.814,12	1.120.814,12	489.985,54	43,72
DESPESAS DE CAPITAL	15.450,00	32.450,00	16.414,65	50,58
Investimentos	15.450,00	32.450,00	16.414,65	50,58

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	15.450,00	32.450,00	16.414,65	50,58
Investimentos	15.450,00	32.450,00	16.414,65	50,58
TOTAL (IV)	3.236.825,16	3.249.825,16	1.466.383,60	45,12

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.236.825,16	3.249.825,16	1.466.383,60	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	506.936,12	587.336,12	234.975,50	16,02
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	506.936,12	587.336,12	234.975,50	16,02
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.729.889,04	2.662.489,04	1.231.408,10	83,98

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	19.321,58	7.256,35

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	23,13
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.370.060,04	2.370.060,04	1.062.788,97	72,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.600,00	106.600,00	49.202,29	3,36
Suporte Profilático e Terapêutico	714.256,16	714.256,16	324.349,51	22,12
Vigilância Sanitária	21.431,00	21.431,00	10.568,92	0,72
Vigilância Epidemiológica	22.878,96	35.878,96	19.473,91	1,33
Alimentação e Nutrição	1.599,00	1.599,00	0,00	0,00
TOTAL	3.236.825,16	3.249.825,16	1.466.383,60	100,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária

Município de CAMPO ALEGRE

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	16.923.039,18
Previsão Atualizada			—	16.923.039,18
Receitas Realizadas			8.141.607,63	8.141.607,63
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	1.319.430,12
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	16.923.039,18
Créditos Adicionais			—	1.366.430,12
Dotação Atualizada			—	18.289.469,30
Despesas Empenhadas			9.904.681,68	9.904.681,68
Despesas Liquidadas			6.510.302,60	6.510.302,60
Superavit Orçamentário			—	1.631.305,03
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas			9.904.681,68	9.904.681,68
Despesas Liquidadas			6.510.302,60	6.510.302,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Semestre
Receita Corrente Líquida				13.859.603,24
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			922.355,97	922.355,97
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			316.402,94	316.402,94
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			605.953,03	605.953,03
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		12.495,76	-713.653,26	-5.711,16
Resultado Primário		36.681,50	1.094.388,88	2.983,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.170,10	0,00	29.170,10	0,00
EXECUTIVO	29.170,10	0,00	29.170,10	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	463.512,33	25.420,39	280.194,88	157.897,06
EXECUTIVO	463.512,33	25.420,39	280.194,88	157.897,06
TOTAL:	492.682,43	25.420,39	309.364,98	157.897,06
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		1.371.804,57	25%	25,92
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		793.990,03	60%	64,18
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			296.568,93	2.241.901,23

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2009	2017	2027	2042
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			110.000,00	-80.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			80.000,00	60.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.231.408,10	15,00	23,13	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 28/07/2009

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Publicação do RREO terceiro bimestre 2009

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.547.000,00	36.547.000,00	18.047.472,61	49,38
Impostos	5.350.000,00	5.350.000,00	2.942.575,43	55,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.900.000,00	1.900.000,00	1.326.043,39	69,79
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	400.000,00	400.000,00	215.875,88	53,97
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.500.000,00	2.500.000,00	1.161.300,73	46,45
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	550.000,00	550.000,00	239.355,43	43,52
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.052.000,00	1.052.000,00	473.091,15	44,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	232.000,00	232.000,00	5.595,30	2,41
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	327.970,30	54,66
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	220.000,00	220.000,00	139.525,55	63,42
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	30.145.000,00	30.145.000,00	14.631.806,03	48,54
Da União	13.665.000,00	13.665.000,00	6.986.722,45	51,13
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	13.500.000,00	13.500.000,00	6.925.850,59	51,30
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	35.000,00	35.000,00	10.454,22	29,87
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	130.000,00	130.000,00	50.417,64	38,78
Do Estado	16.480.000,00	16.480.000,00	7.645.083,58	46,39
Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	6.262.411,28	44,73
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	380.000,00	380.000,00	125.045,72	32,91
Cota-Parte do IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	1.257.626,58	59,89
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.444.058,36	3.444.058,36	2.059.699,77	59,80
Da União para o Município	2.464.735,64	2.464.735,64	1.391.708,46	56,46
Do Estado para o Município	160.138,72	160.138,72	190.018,31	118,66
Demais Municípios para o Município	25.000,00	25.000,00	15.505,00	62,02
Outras Receitas do SUS	794.184,00	794.184,00	462.468,00	58,23
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	31.528.125,00	31.528.125,00	9.627.967,79	30,54
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.029.000,00	-6.029.000,00	-2.916.137,65	48,37
TOTAL	65.490.183,36	65.490.183,36	26.819.002,52	40,95

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.633.326,15	11.702.850,37	5.567.748,48	47,58
Pessoal e Encargos Sociais	6.075.275,99	6.263.524,04	3.198.265,17	51,06
Outras Despesas Correntes	3.558.050,16	5.439.326,33	2.369.483,31	43,56
DESPESAS DE CAPITAL	549.192,20	2.093.192,20	80.012,10	3,82
Investimentos	549.192,20	2.093.192,20	80.012,10	3,82

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	549.192,20	2.093.192,20	80.012,10	3,82
Investimentos	549.192,20	2.093.192,20	80.012,10	3,82
TOTAL (IV)	10.182.518,35	13.796.042,57	5.647.760,58	40,94

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	10.182.518,35	13.796.042,57	5.647.760,58	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.444.058,36	5.870.886,69	1.785.385,68	31,61
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.444.058,36	5.870.886,69	1.785.385,68	31,61
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	6.738.459,99	7.925.155,88	3.862.374,90	68,39

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	159.036,91	2.755,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	21,39
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	10.152.518,35	13.706.042,57	5.623.010,58	99,56
Vigilância Sanitária	0,00	60.000,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	24.750,00	0,44
TOTAL	10.182.518,35	13.796.042,57	5.647.760,58	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.490.183,36	65.490.183,36	9.529.237,43	14,55	26.819.002,52	40,95	38.671.180,84
RECEITAS CORRENTES	57.120.183,36	57.120.183,36	9.529.237,43	16,68	26.796.982,52	46,91	30.323.200,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.841.300,00	8.841.300,00	987.786,97	11,17	3.714.989,25	42,02	5.126.310,75
IMPOSTOS	5.350.000,00	5.350.000,00	793.382,54	14,83	2.942.575,43	55,00	2.407.424,57
TAXAS	3.291.300,00	3.291.300,00	194.404,43	5,91	772.413,82	23,47	2.518.886,18
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.910.000,00	1.910.000,00	97.324,81	5,10	488.962,30	25,60	1.421.037,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.900.000,00	1.900.000,00	97.324,81	5,12	488.962,30	25,73	1.411.037,70
RECEITA PATRIMONIAL	314.800,00	314.800,00	90.763,31	28,83	328.749,01	104,43	-13.949,01
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	281.800,00	281.800,00	90.763,28	32,21	328.734,63	116,66	-46.934,63
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	28.000,00	28.000,00	0,03	0,00	14,38	0,05	27.985,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.905.083,36	43.905.083,36	8.046.080,56	18,33	21.437.997,90	48,83	22.467.085,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	43.502.683,36	43.502.683,36	8.030.096,35	18,46	21.359.128,62	49,10	22.143.554,74
Transf. de Conv.	402.400,00	402.400,00	15.984,21	3,97	78.869,28	19,60	323.530,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.149.000,00	2.149.000,00	307.281,78	14,30	826.284,06	38,45	1.322.715,94
Multas e Juros de Mora	518.000,00	518.000,00	62.533,62	12,07	153.426,54	29,62	364.573,46
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	71.000,00	71.000,00	2.688,33	3,79	5.523,26	7,78	65.476,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	948.000,00	948.000,00	120.556,32	12,72	330.205,32	34,83	617.794,68
RECEITAS DIVERSAS	612.000,00	612.000,00	121.503,51	19,85	337.128,94	55,09	274.871,06
RECEITAS DE CAPITAL	8.370.000,00	8.370.000,00	0,00	0,00	22.020,00	0,26	8.347.980,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.150.000,00	7.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.150.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.150.000,00	7.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.150.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	22.020,00	31,46	47.980,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	22.020,00	31,46	47.980,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	65.490.183,36	65.490.183,36	9.529.237,43	14,55	26.819.002,52	40,95	38.671.180,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	65.490.183,36	65.490.183,36	9.529.237,43	14,55	26.819.002,52	40,95	38.671.180,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	65.490.183,36	65.490.183,36	9.529.237,43	14,55	26.819.002,52	40,95	38.671.180,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	5.124.647,47	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	65.490.183,36	8.537.910,41	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	24.485.800,23	33,08	49.542.293,54
DESPESAS CORRENTES	51.152.004,35	3.197.559,65	54.349.564,00	7.794.558,82	30.946.551,44	8.810.377,05	22.146.751,72	40,75	32.202.812,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.586.435,99	206.269,03	26.792.705,02	4.946.742,00	14.073.686,11	4.962.251,05	12.670.212,48	47,29	14.122.492,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.970.000,00	0,00	1.970.000,00	373.518,78	965.248,46	375.069,44	965.248,46	49,00	1.004.751,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	128.862,31	297.046,55	67.186,06	235.370,30	47,07	264.629,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.307.025,16	2.991.290,62	24.298.315,78	2.264.304,53	15.337.422,89	3.307.776,00	8.042.856,94	33,10	16.255.458,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	788.543,20	0,00	788.543,20	81.131,20	273.147,43	98.094,50	233.063,54	29,56	555.479,66
DESPESAS DE CAPITAL	14.238.179,01	5.340.350,76	19.578.529,77	709.682,29	4.852.358,45	662.629,29	2.339.048,51	11,95	17.239.481,26
INVESTIMENTOS	12.565.722,21	5.340.350,76	17.906.072,97	398.976,27	4.014.510,87	498.111,40	1.647.389,06	9,20	16.258.683,91
INVESTIMENTOS	228.456,80	0,00	228.456,80	6.091,90	20.547,75	4.739,00	19.194,85	8,40	209.261,95
INVERSOES FINANCEIRAS	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.314.000,00	0,00	1.314.000,00	304.614,12	817.299,83	159.778,89	672.464,60	51,18	641.535,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	65.490.183,36	8.537.910,41	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	24.485.800,23	33,08	49.542.293,54

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	65.490.183,36	8.537.910,41	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	24.485.800,23	33,08	49.542.293,54
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.333.202,29	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	65.490.183,36	8.537.910,41	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	26.819.002,52	33,08	49.542.293,54

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.490.183,36	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	24.485.800,23	100,00	33,08	49.542.293,54
Legislativa	2.600.000,00	2.600.000,00	428.279,94	1.111.898,87	428.279,94	1.111.898,87	4,54	42,77	1.488.101,13
Ação Legislativa	2.600.000,00	2.600.000,00	428.279,94	1.111.898,87	428.279,94	1.111.898,87	4,54	42,77	1.488.101,13
Administração	7.356.380,01	8.334.105,48	1.299.522,16	4.991.660,87	1.473.147,42	3.879.876,39	15,85	46,55	4.454.229,09
Planejamento e Orçamento	885.000,00	925.000,00	108.994,68	516.461,18	138.552,72	408.232,46	1,67	44,13	516.767,54
Administração Geral	6.471.380,01	7.409.105,48	1.190.527,48	4.475.199,69	1.334.594,70	3.471.643,93	14,18	46,86	3.937.461,55
Segurança Pública	560.000,00	651.647,31	48.502,35	200.907,80	53.367,04	128.446,55	0,52	19,71	523.200,76
Administração Geral	326.000,00	398.895,35	14.526,60	82.733,71	20.916,34	54.453,06	0,22	13,65	344.442,29
Policimento	234.000,00	252.751,96	33.975,75	118.174,09	32.450,70	73.993,49	0,30	29,28	178.758,47
Assistência Social	2.859.325,00	3.323.347,09	592.040,82	1.588.484,59	525.007,06	1.077.538,98	4,40	32,42	2.245.808,11
Assistência ao Idoso	0,00	150.718,25	5.184,73	107.973,69	69.796,53	95.149,68	0,39	63,13	55.568,57
Assistência à Criança e ao Adolescente	66.000,00	95.919,67	7.127,99	9.160,74	1.076,75	1.425,75	0,01	1,49	94.493,92
Assistência Comunitária	2.793.325,00	3.076.709,17	579.728,10	1.471.350,16	454.133,78	980.963,55	4,01	31,88	2.095.745,62
Saúde	10.182.518,35	13.796.042,57	2.276.299,68	8.040.879,74	2.326.536,67	5.647.760,58	23,07	40,94	8.148.281,99
Atenção Básica	10.152.518,35	13.706.042,57	2.228.099,68	7.967.929,74	2.301.786,67	5.623.010,58	22,96	41,03	8.083.031,99
Vigilância Sanitária	0,00	60.000,00	48.200,00	48.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	24.750,00	24.750,00	24.750,00	0,10	82,50	5.250,00
Educação	19.242.160,00	21.333.498,18	2.653.957,93	11.733.369,92	3.193.180,67	8.165.495,39	33,35	38,28	13.168.002,79
Ensino Fundamental	14.411.160,00	15.970.558,03	2.066.278,32	9.044.505,47	2.509.662,41	6.658.025,96	27,19	41,69	9.312.532,07
Ensino Profissional	60.000,00	60.000,00	0,00	46.200,00	23.100,00	31.100,00	0,13	51,83	28.900,00
Ensino Superior	110.000,00	55.000,00	1.353,21	23.386,16	5.291,32	21.328,77	0,09	38,78	33.671,23
Educação Infantil	4.661.000,00	5.247.940,15	586.326,40	2.619.278,29	655.126,94	1.455.040,66	5,94	27,73	3.792.899,49
Cultura	387.000,00	387.000,00	32.461,94	147.044,77	49.623,00	105.607,98	0,43	27,29	281.392,02
Difusão Cultural	387.000,00	387.000,00	32.461,94	147.044,77	49.623,00	105.607,98	0,43	27,29	281.392,02
Urbanismo	3.051.500,00	3.007.038,73	363.767,22	1.693.773,53	349.262,82	895.785,84	3,66	29,79	2.111.252,89
Infra-estrutura Urbana	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.100.000,00	1.100.000,00	27.706,92	1.044.712,68	169.500,96	423.752,40	1,73	38,52	676.247,60
Energia Elétrica	1.901.500,00	1.907.038,73	336.060,30	649.060,85	179.761,86	472.033,44	1,93	24,75	1.435.005,29
Habitação	35.000,00	1.166.141,36	0,00	8.087,43	4.679,16	8.087,43	0,03	0,69	1.158.053,93
Habitação Urbana	35.000,00	1.166.141,36	0,00	8.087,43	4.679,16	8.087,43	0,03	0,69	1.158.053,93
Gestão Ambiental	510.000,00	465.000,00	29.890,07	162.365,68	62.600,60	132.767,25	0,54	28,55	332.232,75
Preservação e Conservação Ambiental	510.000,00	465.000,00	29.890,07	162.365,68	62.600,60	132.767,25	0,54	28,55	332.232,75
Agricultura	4.915.000,00	4.213.134,58	91.830,90	1.080.186,38	159.725,08	464.008,73	1,90	11,01	3.749.125,85
Extensão Rural	4.915.000,00	4.213.134,58	91.830,90	1.080.186,38	159.725,08	464.008,73	1,90	11,01	3.749.125,85
Comércio e Serviços	690.000,00	652.000,00	42.453,59	235.611,06	75.965,46	194.869,82	0,80	29,89	457.130,18
Promoção Comercial	590.000,00	600.000,00	42.453,59	233.611,06	75.965,46	194.869,82	0,80	32,48	405.130,18
Turismo	100.000,00	52.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Transportes	8.876.500,00	9.254.362,98	151.203,20	1.284.956,94	373.354,68	1.014.543,59	4,14	10,96	8.239.819,39
Transporte Rodoviário	8.876.500,00	9.254.362,98	151.203,20	1.284.956,94	373.354,68	1.014.543,59	4,14	10,96	8.239.819,39
Desporto e Lazer	360.800,00	980.775,49	34.998,23	557.106,91	81.319,51	511.031,94	2,09	52,10	469.743,55
Desporto Comunitário	360.800,00	980.775,49	34.998,23	557.106,91	81.319,51	511.031,94	2,09	52,10	469.743,55
Encargos Especiais	3.764.000,00	3.764.000,00	459.033,08	2.962.575,40	316.957,23	1.148.080,89	4,69	30,50	2.615.919,11
Serviço da Dívida Interna	1.814.000,00	1.814.000,00	433.476,43	1.114.346,38	226.964,95	907.834,90	3,71	50,05	906.165,10
Transferências	450.000,00	450.000,00	0,00	450.000,00	64.435,63	189.890,62	0,78	42,20	260.109,38
Outros Encargos Especiais	1.500.000,00	1.500.000,00	25.556,65	1.398.229,02	25.556,65	50.355,37	0,21	3,36	1.449.644,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	65.490.183,36	74.028.093,77	8.504.241,11	35.798.909,89	9.473.006,34	24.485.800,23	100,00	33,08	49.542.293,54

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2008 A JUNHO/2009

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Jul/2008	Ago/2008	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.531.484,27	4.982.667,31	4.371.629,32	4.756.340,21	4.630.407,84	6.075.532,33	4.588.731,73	4.028.236,20	5.944.292,20	4.596.512,35	5.186.881,52	5.126.534,28	58.819.249,56	63.122.183,36	
RECEITA TRIBUTÁRIA	773.969,80	-502.943,95	462.137,47	434.990,24	409.644,97	523.964,84	357.455,84	232.242,50	1.578.895,65	558.608,29	525.050,13	462.736,84	5.816.752,62	8.841.300,00	
I.P.T.U.	80.372,35	80.055,60	76.210,24	73.804,33	72.450,77	88.510,55	173,98	2.393,93	914.362,08	193.455,55	129.811,16	86.047,09	1.797.447,23	1.900.000,00	
I.S.S.	366.389,59	208.449,70	226.259,15	203.181,81	238.681,16	88.507,42	190.224,10	144.291,88	235.569,53	181.199,15	209.166,08	200.849,99	2.492.769,56	2.500.000,00	
I.T.B.I.	67.774,30	54.332,91	41.282,78	51.955,66	21.418,81	50.569,90	26.863,37	26.390,44	33.649,26	42.671,84	42.569,67	43.731,30	503.210,24	400.000,00	
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.909,99	33.326,81	51.037,00	35.674,38	25.914,50	55.492,75	239.355,43	550.000,00	
Outras Receitas Tributárias	259.433,56	-845.782,16	118.385,30	106.048,44	77.094,23	296.376,97	102.284,80	25.839,44	344.277,78	105.607,37	117.788,72	76.615,71	783.970,16	3.491.300,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.088.256,51	30.431,84	99.912,14	102.436,73	89.896,43	106.689,14	94.381,41	85.378,48	105.188,46	0,00	97.324,81	1.899.895,95	1.910.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	38.015,49	40.888,07	49.131,00	41.034,33	53.163,68	62.701,45	63.283,50	54.366,92	59.077,61	61.257,67	47.626,57	43.136,74	613.683,03	314.800,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.602.547,92	4.197.520,67	3.673.203,65	4.055.631,42	3.968.083,13	5.017.123,64	3.957.174,87	3.539.423,76	4.040.508,92	3.744.837,18	4.445.046,40	4.385.212,53	48.626.314,09	49.907.083,36	
Cota-Parte do F.P.M.	988.713,03	1.207.690,23	1.063.550,49	1.012.219,32	1.282.686,22	1.968.401,48	1.251.232,77	1.166.471,96	932.497,87	1.112.483,74	1.322.247,40	1.140.916,85	14.449.111,36	13.500.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.112.835,17	1.068.536,17	1.072.517,89	1.068.822,73	997.714,14	1.114.784,94	1.029.656,16	907.361,73	1.188.478,73	986.401,28	1.063.816,33	1.086.697,05	12.697.622,32	14.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	226.347,93	202.580,59	208.593,37	307.750,68	181.215,48	159.812,11	147.792,59	159.988,71	220.747,53	239.087,69	244.214,85	245.795,21	2.543.926,74	2.100.000,00	
Cota-Parte do ITR	2.316,48	598,18	1.115,12	27.355,67	3.551,12	571,48	358,99	0,00	1.803,05	3.047,26	1.327,20	1.826,88	43.871,43	28.000,00	
Transferências da LC 61/1989	25.603,78	33.950,28	32.701,64	34.094,75	34.090,82	33.823,82	28.143,51	22.982,52	18.467,23	19.724,36	18.573,81	17.154,29	319.310,81	380.000,00	
Transferências da LC 87/1996	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	102.569,40	130.000,00	
Transferências do FUNDEB	732.403,14	943.686,07	863.255,79	959.492,39	973.207,10	955.022,18	1.117.106,38	943.130,70	944.003,48	741.467,95	1.142.691,24	986.242,90	11.301.709,32	12.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	505.636,43	731.787,19	422.777,39	637.203,92	486.926,29	776.015,67	374.481,53	331.085,20	726.108,09	634.221,96	643.772,63	898.176,41	7.168.192,71	7.769.083,36	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.951,06	158.946,01	156.725,36	124.772,08	97.079,33	381.845,97	104.128,38	107.821,61	180.431,54	126.620,75	169.158,42	138.123,36	1.862.603,87	2.149.000,00	
DEDUÇÕES (II)	422.055,10	452.151,89	427.119,61	434.878,70	450.586,79	480.032,51	491.049,27	453.041,25	474.169,27	473.069,93	527.988,96	496.818,97	5.582.965,25	6.029.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	422.055,10	452.151,89	427.119,61	434.878,70	450.586,79	480.032,51	491.049,27	453.041,25	474.169,27	473.069,93	527.988,96	496.818,97	5.582.965,25	6.029.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	4.109.426,17	4.530.515,42	3.944.509,71	4.321.461,51	4.179.821,05	5.595.499,82	4.097.682,46	3.575.194,95	5.470.122,93	4.123.442,42	4.658.892,56	4.629.715,31	53.236.284,31	57.093.183,36	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.392,51	275.455,55	-	275.455,02	9.393,04	68.460,54	3.769.640,86	5.142,08	962.083,04	2.870.876,28
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.143,83	207.331,17	0,00	207.330,64	9.144,36	9.990,62	3.629.288,08	2.006,08	834.129,36	2.803.143,26
GABINETE DO PREFEITO	0,00	23.610,64	0,00	23.610,64	0,00	0,00	173,27	0,00	173,27	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.011,70	0,00	1.011,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URB/	3.604,00	0,00	0,00	0,00	3.604,00	0,00	1.097.074,40	0,00	209.074,40	888.000,00
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	9.100,54	0,00	9.100,54	1.782,00	0,00	61.827,50	0,00	8.064,00	53.763,50
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	2.500,50	0,00	2.500,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	253,80	0,00	253,80	0,00	0,00	623.718,35	0,00	0,00	623.718,35
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,01	21.356,20	0,00	21.356,17	0,04	0,00	1.077.873,09	0,00	0,00	1.077.873,09
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	11.827,05	0,00	11.827,05	0,00	0,00	35.690,70	1.586,08	8.945,37	25.159,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	0,00	0,00	0,00	3.640,12	5.537,52	0,00	0,00	0,00	5.537,52
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	137.670,74	0,00	137.670,74	117,70	4.453,10	732.930,77	420,00	607.872,32	129.091,55
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	190,61	7.486,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	190,61	7.486,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.486,29	14.774,80
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.486,29	14.774,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.392,51	275.455,55	0,00	275.455,02	9.393,04	68.460,54	3.769.640,86	5.142,08	962.083,04	2.870.876,28

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Abr 2009 (B)	Em 30 Jun 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.630.269,15	2.117.583,44	1.967.635,70
DEDUÇÕES (II)	7.912.903,45	9.723.112,84	9.390.723,57
Ativo Disponível	8.164.864,02	9.704.247,29	9.379.195,43
Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados	284.848,06	14.021,94	21.359,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.282.634,30	-7.605.529,40	-7.423.087,87
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.282.634,30	-7.605.529,40	-7.423.087,87

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2009 (C - A)
VALOR	182.441,53	-2.140.453,57

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	806.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Abr 2009 (B)	Em 30 Jun 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	56.838.383,36	9.438.474,15	26.468.247,89	25.119.805,38
Receita Tributária	8.841.300,00	987.786,97	3.714.989,25	4.487.510,55
I.P.T.U.	1.900.000,00	215.658,25	1.326.043,39	1.258.290,41
I.S.S.	2.500.000,00	410.016,07	1.161.300,73	1.172.876,87
I.T.B.I.	400.000,00	86.300,97	215.875,88	293.921,05
I.R.R.F.	550.000,00	81.407,25	239.355,43	238.810,87
Outras Receitas Tributárias	3.491.300,00	194.404,43	772.413,82	1.523.611,35
Receita de Contribuição	1.910.000,00	97.324,81	488.962,30	3.476,70
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.910.000,00	97.324,81	488.962,30	3.476,70
Receita Patrimonial Líquida	33.000,00	0,03	14,38	1.290,00
Receita Patrimonial	314.800,00	90.763,31	328.749,01	153.311,23
(-) Aplicações Financeiras	281.800,00	90.763,28	328.734,63	152.021,23
Transferências Correntes	43.905.083,36	8.046.080,56	21.437.997,90	19.521.229,67
F.P.M.	10.800.000,00	1.970.610,45	5.541.280,03	5.811.814,01
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.720.410,73	5.011.743,44	4.771.973,82
Convênios	402.400,00	15.984,21	78.869,28	67.565,99
Outras Transferências Correntes	21.502.683,36	4.339.075,17	10.806.105,15	8.869.875,85
Demais Receitas Correntes	2.149.000,00	307.281,78	826.284,06	1.106.298,46
Dívida Ativa	948.000,00	120.556,32	330.205,32	313.690,92
Diversas Receitas Correntes	1.201.000,00	186.725,46	496.078,74	792.607,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.370.000,00	0,00	22.020,00	1.526.846,00
Operações de Crédito (III)	7.150.000,00	0,00	0,00	209.592,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	22.020,00	17.254,00
Transferências de Capital	1.150.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Convênios	1.150.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.150.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	57.988.383,36	9.438.474,15	26.468.247,89	26.419.805,38
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	54.349.564,00	8.810.377,05	22.146.751,72	20.833.530,85
Pessoal e Encargos Sociais	28.762.705,02	5.337.320,49	13.635.460,94	12.541.590,40
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	67.186,06	235.370,30	232.815,28
Outras Despesas Correntes	25.086.858,98	3.405.870,50	8.275.920,48	8.059.125,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	53.849.564,00	8.743.190,99	21.911.381,42	20.600.715,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.578.529,77	662.629,29	2.339.048,51	3.064.074,09
Investimentos	18.134.529,77	502.850,40	1.666.583,91	2.304.816,25
Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.314.000,00	159.778,89	672.464,60	759.257,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.264.529,77	502.850,40	1.666.583,91	2.304.816,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-	-	-

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	72.214.093,77	9.246.041,39	23.577.965,33	22.905.531,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.225.710,41	192.432,76	2.890.282,56	3.514.273,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			5.124.647,47	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-5.592.800,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 27/07/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.402.000,00	6.402.000,00	972.828,36	3.415.666,58	53,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.650.000,00	2.650.000,00	369.219,78	1.746.027,53	65,89
1.1.1- IPTU	1.900.000,00	1.900.000,00	216.164,03	1.327.460,58	69,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	932,53	1.159,46	1,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	450.000,00	450.000,00	101.631,49	292.849,53	65,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	50.997,51	125.975,15	62,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(505,78)	(1.417,19)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	402.000,00	402.000,00	86.300,97	215.949,89	53,72
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	86.300,97	215.875,88	53,97
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	0,00	74,01	3,70
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	435.900,36	1.214.333,73	43,37
1.3.1- ISS	2.500.000,00	2.500.000,00	410.016,07	1.161.300,73	46,45
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	130.000,00	130.000,00	1.566,45	4.361,83	3,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	17.744,31	35.120,77	23,41
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.573,53	13.550,40	67,75
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	81.407,25	239.355,43	43,52
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	81.407,25	239.355,43	43,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.145.000,00	30.145.000,00	5.160.164,26	14.631.806,03	48,54
2.1- Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	2.463.164,25	6.925.850,59	51,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	2.463.164,25	6.925.850,59	51,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.150.513,38	6.262.411,28	44,73
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	130.000,00	130.000,00	16.805,88	50.417,64	38,78
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	380.000,00	380.000,00	35.728,10	125.045,72	32,91
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	3.942,59	10.454,22	29,87
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	490.010,06	1.257.626,58	59,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	36.547.000,00	36.547.000,00	6.132.992,62	18.047.472,61	49,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO <input type="checkbox"/> ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.566.000,00	1.566.000,00	292.576,59	734.720,68	46,92
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.050.000,00	1.050.000,00	160.466,11	541.894,76	51,61
5.2- Outras Transferências do FNDE	516.000,00	516.000,00	132.120,48	192.825,92	37,37
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	<input type="checkbox"/>	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.466.000,00	2.466.000,00	292.576,59	734.720,68	29,79

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.029.000,00	6.029.000,00	1.024.807,93	2.916.137,65	48,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	492.553,80	1.384.570,56	51,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	430.102,65	1.250.667,84	44,67
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.000,00	26.000,00	3.361,16	10.083,48	38,78
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	76.000,00	76.000,00	0,00	17.472,32	22,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	788,49	2.090,75	29,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	98.001,83	251.252,70	59,82
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.030.000,00	12.030.000,00	2.134.878,68	5.898.180,22	49,03
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	2.128.934,14	5.874.642,65	48,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	5.944,54	23.537,57	78,46
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	5.971.000,00	5.971.000,00	1.104.126,21	2.958.505,00	49,55

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.600.000,00	9.610.020,98	1.611.333,91	4.238.241,57	44,10
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	60.569,05	268.626,06	22,39
13.2- Com Ensino Fundamental	8.400.000,00	8.410.020,98	1.550.764,86	3.969.615,51	47,20
14- OUTRAS DESPESAS	2.430.000,00	2.380.000,00	325.807,63	770.013,71	32,35
14.1- Com Educação Infantil	445.000,00	395.000,00	17.760,70	31.621,00	8,01
14.2- Com Ensino Fundamental	1.985.000,00	1.985.000,00	308.046,93	738.392,71	37,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.030.000,00	11.990.020,98	1.937.141,54	5.008.255,28	41,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,86
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	9.136.750,00	9.136.750,00	1.533.248,16	4.511.868,15	49,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.505.000,00	4.435.915,89	639.806,57	1.439.720,29	32,46
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.645.000,00	1.595.000,00	78.329,75	300.247,06	18,82
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.860.000,00	2.840.915,89	561.476,82	1.139.473,23	40,11
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.943.160,00	13.526.101,29	2.295.970,27	5.749.314,80	42,51
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.385.000,00	10.395.020,98	1.858.811,79	4.708.008,22	45,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.558.160,00	3.131.080,31	437.158,48	1.041.306,58	33,26
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	110.000,00	55.000,00	5.291,32	21.328,77	38,78
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.558.160,00	18.017.017,18	2.941.068,16	7.210.363,86	40,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				2.072.075,67	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				23.537,57	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				10.020,98	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO³				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				420,00	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				2.106.054,22	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				5.082.980,87	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				28,16	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.050.000,00	1.488.622,97	129.361,74	305.847,86	20,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.574.000,00	1.717.858,03	93.450,18	611.983,08	35,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.624.000,00	3.206.481,00	222.811,92	917.830,94	28,62
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.182.160,00	21.223.498,18	3.163.880,08	8.128.194,80	38,30
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2009 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	271,48		420,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	128.108,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.874.642,65	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.544.186,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.537,57	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	482.101,25	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 10.020,98, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$

Município de CANOINHAS

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	65.490.183,36	
Previsão Atualizada		—	65.490.183,36	
Receitas Realizadas		9.529.237,43	26.819.002,52	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	5.124.647,47	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	65.490.183,36	
Créditos Adicionais		—	8.537.910,41	
Dotação Atualizada		—	74.028.093,77	
Despesas Empenhadas		8.504.241,11	35.798.909,89	
Despesas Liquidadas		9.473.006,34	24.485.800,23	
Superavit Orçamentário		—	2.333.202,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.504.241,11	35.798.909,89	
Despesas Liquidadas		9.473.006,34	24.485.800,23	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			53.236.284,31	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		806.000,00	-2.140.453,57	-265,56
Resultado Primário		-5.592.800,00	2.890.282,56	-51,68
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	284.848,06	0,00	275.455,02	9.393,04
EXECUTIVO	284.848,06	0,00	275.455,02	9.393,04
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.838.101,40	5.142,08	962.083,04	2.870.876,28
EXECUTIVO	3.838.101,40	5.142,08	962.083,04	2.870.876,28
TOTAL:	4.122.949,46	5.142,08	1.237.538,06	2.880.269,32
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		5.082.980,87	25%	28,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.238.241,57	60%	71,86
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	7.150.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.339.048,51	17.239.481,26	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2009	2017	2027	2042
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de CANOINHAS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2009/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		22.020,00	47.980,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	143.478,37

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.862.374,90	15,00	21,39

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Coronel Martins

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 094

DECRETO Nº 094/2009 DE 13 DE JULHO DE 2009
BAIXA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA INCORPORAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município Consolidada em 12/12/2005, e em especial pela Lei Nº 506 de 23/06/2009, resolve;

BAIXAR:

Art. 1º Os Bens Móveis e Imóveis da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, para incorporação na Câmara Municipal de Vereadores, onde serão baixados pelos mesmos valores cadastrados no Sistema Patrimonial, conforme parecer da comissão de 07/08/2009 determinada pelo Decreto nº 115 de 30/06/2008, abaixo relacionados:

UNIDADE: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS	
BENS IMÓVEIS	
CONTA 9101 - EDIFÍCIOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
30027 - Prédio em alvenaria medindo 243,10m2, com cobertura de telha de barro	158.850,18
Total da conta	158.850,18
CONTA 9103 - TERRENOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
30052 - Lote urbano nº 01 da quadra nº 27 com 1000m2, matrícula 6323, confrontações ao norte com a chácara nº 43, ao sul com a rua Clevelandia, ao leste com o lote nº 02 e ao oeste com a rua Dolio Belatto, com averbação do prédio da câmara de vereadores em novembro de 2003	3.000,00
Total da conta	3.000,00
TOTAL DOS BENS IMÓVEIS (Edifícios e terrenos)	161.850,18

UNIDADE: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS	
BENS MÓVEIS	
CONTA 9129 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
0673 - Telefone sem fio, intelbras 900 MHZ	175,00
1742 - Aparelho de fax marca Olivetti mod. OFX 350, com secretaria eletrônica	320,00
Total da conta	495,00
CONTA 9132 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1136 - Fogão a gás com 4 bocas, marca Clarice	215,00
1737 - Geladeira marca eletrolux 280 litros	650,00
2863 - Cadeira estofada em tecido cinza com rodinhas	95,00
2890 - Tribuna em madeira com 1 gaveta	65,00
Total da conta	1.025,00

CONTA 9143 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1745 - Nobreak maraca NHS Mini	280,00
1747 - Estabilizador marca NHS Autoreg	120,00
2256 - Hub 8 portas	76,00
Total da conta	476,00
CONTA 9146 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1736 - Ventilador de coluna Marca Britânia	150,00
Total da conta	150,00
CONTA 9147 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1135 - Microcomputador Pentium III 650	1.650,00
1743 - Monitor colorido 15	550,00
1744 - Impressora marca eposn stylus color 660	300,00
2254 - Kit Gabinete completo ATX Genius preto, mouse os 2 com nestscrool, caixa de som preta, teclado abnt2, placa mãe assus c/s/v/r, processador p4 3.000 mhz, hd sansung 120 gb sansung 7.200, gravador de cd lg, memória 512 mb, drive de disquete 1,44 preto	2.201,00
2255 - Monitor 17 LG, tela plana preto, placa de modem 56K Intel	569,00
Total da conta	5.270,00
CONTA 9148 - MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
0586 - Máquina de escrever olivetti Línea 98.	250,00
Total da conta	250,00
CONTA 9152 - MOBILIÁRIO EM GERAL	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
0655 - Armário em aço, duas portas.	240,00
0888 - Pia- modelo cozinha completa Celmobile, com 4 portas de 40cm	808,00
1114 - Cadeira estofada em tecido azul marinho, com rodinhas	95,00
1115 - Cadeira estofada em tecido verde, com encosto, porta braço e rodinhas	110,00
1132 - Estante em aço com 5 prateleiras	60,00
1133 - Estante em aço com 5 prateleiras	60,00
1134 - Mesa para escritório em MDF, 2 gavetas com chave	140,00
1595 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1596 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1599 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1601 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1602 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1605 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1608 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1609 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1610 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1613 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1615 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1616 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1617 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00

1618 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1621 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1622 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1625 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1626 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1627 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1628 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1629 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1631 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1633 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1634 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1635 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1636 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1637 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1638 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1639 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1640 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1641 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1642 - Cadeira grande, estofada em tecido, com rodinhas, encosto e porta braço	110,00
1643 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1644 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1645 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1646 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1647 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1648 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1649 - Cadeira estofada em corvin preto	32,00
1650 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1701 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1702 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1703 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1704 - Bancada em fórmica, com 2 gavetas, e uma placa indicativa do vereador	340,00
1705 - Tribuna em fórmica com 1 prateleira	440,00
1706 - Porta bandeira em madeira com 4 entradas de bandeiras	80,00
1707 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente Marcos C. Pozzer	70,00
1708 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente Mauro J. Farina	70,00
1709 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente João A. May	70,00

1710 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente Moacir Bresolin	70,00
1711 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente Dirceu Favretto	70,00
1712 - Moldura pequena em alumínio com foto do presidente Victorio Manera	70,00
1713 - Moldura em alumínio frente em vidro com foto dos vereadores da Legislatura 1993/1996	90,00
1714 - Moldura em alumínio frente em vidro com foto dos vereadores da Legislatura 2001/2004	90,00
1715 - Moldura em alumínio frente em vidro com foto dos vereadores da Legislatura 1997/2000	90,00
1716 - Moldura em madeira frente em vidro com foto dos vereadores	60,00
1717 - Mural em madeira frente em vidro para avisos	120,00
1718 - Moldura em madeira na forma de mapa do município com foto dos vereadores	60,00
1719 - Moldura em madeira na forma de mapa do município com foto dos vereadores	60,00
1722 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1724 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1725 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1727 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1728 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1729 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1731 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1733 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1734 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
1735 - Mesa em fórmica formato oval para reuniões	420,00
1740 - Arquivo em aço com 4 gavetas	150,00
1746 - Mesa para computador em MDF	78,00
1749 - Mesa para escritório em MDF com 2 gavetas com chave	140,00
1778 - Cadeira fixa estofada em corvin preto	32,00
2257 - Mesa 1,24, com 2 gavetas suspensas mais conexão	549,00
2258 - Mesa para computador	350,00
2259 - Mesa porta cpu	98,00
2260 - Armário baixo com duas portas	243,00
2263 - Quadro em aço-inox com galeria de fotos da legislatura 2005/2008	480,00
2264 - Quadro em aço-inox 24x30, com moldura de 30x40 com foto do presidente da legislatura de 2005/2008 Levino A. Severgnini	210,00
2435 - Purificador de água, noblesse plus 220wls, europa	1.020,00
2712 - Estante em aço	123,00
2713 - Estante em aço	123,00
2714 - Mesa para computador Aury Noce	270,00
2723 - Porta CPU Aury Noce com Rodinhas	88,00
2788 - Placa indicativa indicando a Câmara de Vereadores de Coronel Martins, em lamarim, medindo 0,70 cm x 3,00mt	850,00
Total da conta	13.803,00
TOTAL DOS BENS MÓVEIS	21.469,00
TOTAL GERAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	183.319,18

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão pôr conta de Dotação específica no Orçamento vigentes e futuras.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC., em 13 de Julho de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO MOACIR BOLZAN
Sec.Munic.da Adm.,Planej. e Finanças

Decreto Nº 096

DECRETO Nº. 096, DE 20 DE JULHO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO FNAS - PETI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 482, de 29/08/2008, Lei da LDO nº. 483, de 26/08/2008, Lei Orçamentária Anual nº. 491, de 09 de Dezembro de 2008, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos do FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FNAS – PETI no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), do exercício de 2009.

(A) Orçado 2008	Arrecadado até 30/06/2009	Média Mensal arrecadada	(B) Média anual prevista	(A-B) Provável excesso em 30/06/2009	Valor a ser Utilizado
18.000,00	14.000,00	2.333,33	1.500,00	4.999,98	4.000,00

Art. 2º Os recursos do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) será utilizado na seguinte programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.243.0005.2.008 MANUTENÇÃO DAS CRECHES E ASSISTENCIAS AO MENOR				
Categoria	Descrição		Fonte	Valor
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		01.29	4.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de Julho de 2009

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO MOACIR BOLZAN
Sec. Munic. De Adm. Planej. E Finanças

Portaria Nº 056

PORTARIA Nº. 056, DE 23 DE JULHO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Lucimara Bolzan May, ocupante do Cargo de Professora PD/A-I-1, por um período de 15 (quinze) dias, a partir

do dia 23 de julho a 06 de agosto de 2009, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 23 de julho de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO MOACIR BOLZAN
Séc. Munic. de Adm., Planej. e Finanças

Termo Aditivo Nº 018

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 018/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2009. NÚMERO CONTRATO: 076/2008
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/05/2008

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 076, de 29 de maio de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 076/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, DAS OBRIGAÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Da forma de pagamento:

1. O valor total, global a ser pago pela execução do objeto ora contratado é de R\$ 73.994,96(setenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos), sendo destes R\$ 18.250,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta reais) de mão de obra e R\$ 55.789,96 (cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) de materiais...”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas e itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório Modalidade Convite nº 0014/2008.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2009.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Gabarito Concurso Publico Nº 001/2009

CONCURSO PÚBLICO 001/2009

PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO GERAL DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS SC.

GABARITO PELIMINAR:

GABARITO DA PROVA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1 – B	11 – B	21 – D	31 – B
2 – A	12 – E	22 – B	32 – C
3 – C	13 – C	23 – B	33 – A
4 – B	14 – B	24 – A	34 – D
5 – B	15 – E	25 – E	35 – E
6 – E	16 – D	26 – C	36 – C
7 – A	17 – A	27 – E	37 – A
8 – A	18 – C	28 – A	38 – D
9 – B	19 – B	29 – E	39 – B
10 – D	20 – A	30 – C	40 – E

RH Recursos Humanos Ltda

Forquilha

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 15/2009.

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 15/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA TEREZINHA – AMOST

OBJETO – A Concedente fornecerá à Concessionária os seguintes equipamentos:

- a) 01 (um) equipamento agrícola, espalhadeira de calcário e adubo orgânico, marca/modelo Nogueira – Martes Flaw 4500;
- b) 01(uma) lâmina para limpar valo com largura de 2,5 m;
- c) 01(um) escalificador com 05(cinco) ganchos Nº 2919.

DESTINAÇÃO – atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desses equipamentos.

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 16/2009

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 16/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – ASSOCIAÇÃO DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM CANAL MÃE LUZIA - ACIMAL

OBJETO – O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) equipamento agrícola novo, máquina distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, marca/modelo Jumil – Lider TTD 5050.

DESTINAÇÃO – O equipamento agrícola destina-se ao atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 17/2009

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 17/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROZ DE SÃO GABRIEL -COOPASGA

OBJETO – O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) equipamento agrícola novo, máquina distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, marca/modelo Jumil – Lider TTD 5050.

DESTINAÇÃO – O equipamento agrícola destina-se ao atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 18/2009

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 18/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO PEDRO - AMOSP

OBJETO – O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) equipamento agrícola novo, máquina distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, marca/modelo Jumil – Lider TTD 5050.

DESTINAÇÃO – O equipamento agrícola destina-se ao atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 19/2009

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 19/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA SANGA DO ENGENHO

OBJETO – O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) equipamento agrícola novo, máquina distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, marca/modelo Jumil – Lider TTD 5050.

DESTINAÇÃO – O equipamento agrícola destina-se ao atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMA Nº 20/2009

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 20/2009.

CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANGA DO CAFÉ

OBJETO – O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) equipamento agrícola novo, máquina distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, marca/modelo Jumil – Lider TTD 5050.

DESTINAÇÃO – O equipamento agrícola destina-se ao atendimento aos agricultores familiares, ficando a Concessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 107/2009

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 107/2009.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PAPEX ATACADO DE PAPELARIA LTDA. ME.

OBJETO – aquisição de materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 6.648,06 (seis mil seiscentos e quarenta e oito reais e seis centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2009.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 71/PMF/2009.

DATA DA ASSINATURA – 29 de junho de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto N° 3.480/2009

DECRETO Nº. 3.480, DE 28 DE MAIO DE 2009.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 72 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.103, de 27 de maio de 2009,

DECRETA,

Art. 1º Ficam anuladas as seguintes dotações, no valor de R\$ 299.080,00 (duzentos e noventa e nove mil e oitenta reais), constantes do orçamento da Administração Direta do Município de Gaspar:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05 – Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0009 – Gestão Área da Cultura
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2045 – Manutenção de Oficinas Culturais
Despesa: 33
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações diretas R\$ 10.000,00
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.2048 Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 44
3.3.1.9.0 Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Manutenção Educação Infantil
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 49
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 42.080,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0011 – Manutenção da Educação Fundamental
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1064 – Aquisição de Veículo
Despesa: 67

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aquisição de Veículo	R\$ 35.000,00
---	---------------

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0011 – Manutenção Educação Fundamental
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 62
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 R\$ 80.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0011 – Manutenção Educação Fundamental
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 61
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 22 – Indústria
Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
Programa: 0014 – Gestão Séc. Municipal de Indústria e Comércio
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.0445 – Incentivo Econômico a empresas
Despesa: 102
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 22 – Indústria
Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
Programa: 0014 – Gestão Séc. Municipal de Indústria e Comércio
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2086 – Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadora;
Despesa: 96
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0014 – Gestão Secretaria Municipal de Indústria Com. e Turismo
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1077 – Aquisição de Veículo Indústria e Comércio
Despesa: 98
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 813 – Lazer
Programa: 0014 – Gestão Secr. Municipal Ind. Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2083 – Gaspar em Festa
Despesa: 94
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 18 – Corpo de Bombeiros
Função: 06 – Segurança Pública
Sub-Função: 182 – Defesa Civil
Programa: 0021 – Gestão Séc. Munic. Transportes e Obras
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1308 – Construção da Sede do Corpo de Bombeiros
Despesa: 126
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0022 – Gestão Secr. Municipal Planejamento e Desenvolvimento
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1406 – Aquisição de Equipamentos de informática, Software, Eletroeletrônicos e Móveis
Despesa: 157
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º Por conta de recursos anulados no artigo anterior, fica suplementado o valor de R\$ 212.080,00 (duzentos e doze mil e oitenta reais) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05 – Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0009 – Gestão Área da Cultura
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2037 – Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca
Despesa: 38
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 – Manutenção Educação Infantil
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.0435 – Construção, reforma e Ampliação de CDI's
Despesa: 42
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil

Programa: 0010 – Manutenção Educação Infantil
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 50
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 22.080,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0011 – Manutenção Educação Fundamental
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.0434 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas e Quadras Esportivas
Despesa: 55
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0014 – Gestão Secretaria Municipal de Indústria Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2080 – Manutenção das ações da Secretaria
Despesa: 91
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 17.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0014 – Gestão Secretaria Municipal de Indústria Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2080 – Manutenção das ações da Secretaria
Despesa: 92
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0014 – Gestão Secretaria Municipal de Indústria Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2088 – Manutenção de Parques e Jardins
Despesa: 99
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 813 – Lazer

Programa: 0014 – Gestão Secretaria Municipal de Comércio e Turismo	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2081 - Manutenção Sábado na Praça	
Despesa: 93	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 18 – Corpo de Bombeiros	
Função: 06 – Segurança Pública	
Sub-Função: 182 – Defesa Civil	
Programa: 0021 – Gestão Séc. Munic. Transportes e Obras	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1309 – Aquisição de Materiais Permanentes	
Despesa: 125	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Município	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2015 – Manutenção e Ampliação Administrat. Da Procuradoria Geral do Município	
Despesa: 9	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica criado o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, utilizando saldo, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), anulado conforme o artigo 1º deste Decreto:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 – Manutenção Educação Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.0432 – Transporte Escolar	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Municipal Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1406 – Aquisição de Equipamentos de Informática, Software, Eletroeletrônicos e Móveis	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 28 de maio de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 3.492/2009

DECRETO Nº. 3.492, DE 19 DE JUNHO DE 2009.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 72 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.116, de 19 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as seguintes dotações, no valor de R\$ 1.921.679,00 (um milhão novecentos e vinte e um mil seiscientos e setenta e nove reais), constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0004 – Gestão Adm. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2010 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Despesa: 2	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações diretas	R\$ 240.350,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 - Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção de Educação Infantil	
Despesa: 76	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações diretas	R\$ 91.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 - Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manutenção da Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção de Educação Infantil	
Despesa: 44	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações diretas	R\$ 534.739,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 22 – Indústria	
Sub-Função: 661 – Promoção Industrial	
Programa: 0014 Gestão Secr. Munic. Ind., Com. e Turismo	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.0445 Incentivo econômico a empresas	
Despesa: 101	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações diretas	R\$ 30.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	

Função: 22 – Indústria
Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
Programa: 0014 Gestão Secr. Munic. Ind., Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2086 Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadora
Despesa: 96
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind. Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2080 – Manutenção das ações da Secretaria
Despesa: 90
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações diretas R\$ 14.590,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1184 – Desapropriação / Aquisição de Imóveis
Despesa: 108
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.0437 – Pavimentação de Ruas; Construção e Reforma de Pontes/Anel Viário Interbairros
Despesa: 150
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações diretas R\$ 210.000,00

Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município
Unidade: 24 – Fundo de Gestão Honorários Advocatícios
Função: 03 – Essencial a Justiça
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
Programa: 0006 Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.1024 – Aq. De Equip. e Materiais para Reparelhamento da Procuradoria Geral
Despesa: 18
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 – Educação Infantil
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0010 Manutenção Educação Infantil
Destino: 1 – Atividade

Ação: 2.2048 - Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 44
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Função: 17 – Saneamento
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.0239 – Construção de ETA's / Ete's e Reservatórios
Despesa: 1
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Função: 17 – Saneamento
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2241 – Mapeamento Hidráulico, redimensionamento e informat. do sistema operac.
Despesa: 4
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado o valor de R\$ 1.921.679,00 (um milhão novecentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e nove reais) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Unidade: 03 – Diretoria de Comunicação
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 131 – Comunicação Social
Programa: 005 – Manutenção e Funcionamento Diretoria de Comunicação
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2012 – Manutenção da Diretoria de Comunicação
Despesa: 4
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 22.875,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 123 – Administração Financeira
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2029 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Despesa: 26
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 221.464,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0011 – Manutenção Educação Fundamental
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 232
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 08 – Educação de Jovens e Adultos
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 366 – Educação de jovens e Adultos
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2074 – Manutenção da Atividade Compensatória
Despesa: 81
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 277.750,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 813 – Lazer
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind. Com. e Turismo
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.0444 – Expo Gaspar
Despesa: 97
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade: 12 – Secretaria Municipal de Agricultura
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0020 – Manutenção do Meio Ambiente
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2183 – Manutenção Meio Ambiente
Despesa: 106
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 11.450,00

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade: 12 – Secretaria Municipal de Agricultura
Função: 20 – Agricultura
Sub-Função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2175 – Manutenção Atividade Agrícola
Despesa: 104
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 359.050,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: Transporte Rodoviário
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2192 – Manutenção de Secretaria Municipal de Transp. e Obras e Defesa Civil
Despesa: 114

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
--

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenv.
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2209 – Manutenção das Ações da Secretaria
Despesa: 139
Modalidade de Aplicação: 3.3.31.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município
Função: 03 – Essencial a Justiça
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2015 – Manutenção e Ampliação Administrat. da Procuradoria-Geral do Munic.
Despesa: 8
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 57.090,00

Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município
Unidade: 24 – Fundo de Gestão Honorários Advocatícios
Função: 03 – Essencial a Justiça
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
Programa: 0007 – Fundo Gestão Honorário Advocatícios
Destino: 01 – Projeto
Ação: 1.1024 - Implantação e Manutenção dos Recursos do Fundo de Gestão dos Hon. Adv.
Despesa: 19
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 – Educação Fundamental
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0011 Manutenção Educação Fundamental
Destino: 1 – Projeto
Ação: 1.0434 – Construção, Reforma, Ampliação de Escolas e Quadras Esportivas
Despesa: 55
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 13 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Unidade: 26 – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar – SAMUSA
Função: 17 – Saneamento
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 – Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento
Destino: 2 – Atividade
Ação: 2.2240 – Ampliação e Manutenção das redes de distribuição de água tratada
Despesa: 2
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 19 de junho de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 3.523/2009

DECRETO Nº. 3.523 DE 22 DE JULHO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA DE LURDES JUNKES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 31 de julho de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Supervisora Escolar DOC IV - 8, da servidora MARIA DE LURDES JUNKES, lotada na Escola Dolores L. dos Santos, em decorrência de aposentadoria, concedida por tempo de serviço.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.524/2009

DECRETO Nº. 3.524 DE 22 DE JULHO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA CLEMIRIA INES MULLER MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 31 de julho de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora DOC IV – 8, da servidora CLEMIRIA INES MULLER MOSER, lotada na Escola Norma Monica Sabel, em decorrência de aposentadoria, concedida por tempo de serviço.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.525/2009

DECRETO Nº. 3.525 DE 22 DE JULHO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR ELPIDIO CESARIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 31 de julho de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agentes de Serviços Gerais, do servidor ELPIDIO CESARIO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, em decorrência de aposentadoria, concedida por tempo de serviço.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.526/2009

DECRETO Nº. 3.526 DE 22 DE JULHO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA DE LOURDES SANTIAGO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 1º de julho de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARIA DE LOURDES SANTIAGO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de aposentadoria, concedida por tempo de serviço.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2009.

Gaspar, 22 de julho de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.527/2009

DECRETO Nº. 3.527 DE 27 DE JULHO DE 2009.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD:

Entidade	Titular	Suplente
Secretaria de Saúde	Francisco Hostins Júnior Valdir Testoni	Evandro Imhof Max Elói da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Social	Ednei de Souza	João B. Aguiar
Corpo de Bombeiros	Alcione A. de Fragas	Evandro M. do Amaral
Fundação Municipal de Esportes	Charles R. Petry	Douglas Wehmuth
Secretaria de Educação	Marlene A. Santos Luiz. O. R. Bastiani Maria Salete Delandrea	Rozangela Elias Edite Muller Maria Ana P. Vanzuita
Casas Terapêuticas	Osmar Gonçalves	Cíntia C. Gomes
Conselho Tutelar	Roseli Kohler	Zenita da Silva
Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL	Cristiane B. Zaguini	Hélio de Oliveira
Rotary	Rodolfo Probst	Marcelo Schmitz
Polícia Civil	Paulo Koerich	Grace Almeida Closs
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Andressa Donega	Daniel S. Andrade
CONSEG	Pedro José Garcia	Jean M. Leandro

Associação de Pais e Professores das Escolas – APPs	Lucilene Monteiro	Antonio M. Laurindo
Polícia Militar	Adair Alexandre Pimentel	Sandro R. bonin
Entidades Religiosas	Maria Aparecida de Souza	Antonio J. Souza Filho
Gabinete do Prefeito	Suzana Amaral	Elizabete Tomé
Associação de Moradores	Erivelton A. Conceição	Alceu Almeida Torres

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 27 de julho de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso de Convite Nº 101/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Aviso de Convite Nº 101/2009

OBJETO: aquisição e serviço de instalação de placas indicativas de sinalização viária, com coluna e braço de sustentação.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08:45 horas do dia 07/08/2009.

ABERTURA: dia 07/08/2009 às 09:00 horas.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Depto. de Compras, sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 Centro Gaspar/SC ou no site:

www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), em 27 de Julho de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 745/2009**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 745/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CZO2200	54823379B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	5835/0	195
CZO2200	54823380B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	5991/0	206 * I
CZO2200	54823383B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	5215/1	170
LYJ1398	55562851B	FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS	5452/1	181 * VIII
MDO6571	54543054B	DJECKSON RIBEIRO	6084/0	211
MEN5194	55562697B	EDILSON WALTER WESTPHAL	6041/2	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 746/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 746/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IFF7739	55561680B	DAIANI DE SOUZA PEREIRA	5509/0	181 * XIII
MAR9580	55561099B	JOSE RAMIRO PEREIRA FILHO	5509/0	181 * XIII
MBW7249	55271162B	SERGIO DE ALMEIDA JUNIOR	5541/0	181 * XVII
MCR9159	55561044B	MARIA APARECIDA DOS SANTOS WEEGE	5878/0	199
MCV2718	55561695B	LUANA MARA DO NASCIMENTO	5720/0	186 * I
MDN0639	55561819B	JOAO LEMOS	5541/1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Editais de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 747/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 747/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCD8557	55270051B	OTAVIO ROELL	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 748/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 748/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHU0653	55562740B	GEISLAINE CORREA DOS SANTOS	6920/0	233
BGT4589	55561526B	NADIR DA SILVA	6920/0	233
DDF0916	55562765B	ADEMIR HAMMES	6920/0	233
GTZ5576	55561537B	COOPERPROVE COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU	6912/0	232
ICG9534	55561530B	MARCOS KLABUNDE	6920/0	233
IID4388	55562792B	JULIANO GONCALVES	6920/0	233
ILI5519	55562761B	CRISTIANO FRANCO DOS SANTOS	6920/0	233
LWV3109	54823622B	ALBINO ELMO LIEBERT	6599/2	230 * V
LWV3109	54823623B	ALBINO ELMO LIEBERT	5010/0	162 * I
LWV3109	54823624B	ALBINO ELMO LIEBERT	5118/0	164 c/c 162 * I
LWW8266	54823210B	JOELMA APARECIDA NATAL	6599/2	230 * V
LXK5364	54823613B	ROSELI CARDOSO DA SILVA	5010/0	162 * I
LXK5364	54823614B	ROSELI CARDOSO DA SILVA	5118/0	164 c/c 162 * I
LYA9297	55562926B	MORGANA APARECIDA GONCALVES	6920/0	233
LYC4800	54823455B	REGINALDO CANDIDO	5010/0	162 * I
LYC4800	54823456B	REGINALDO CANDIDO	5061/0	163 c/c 162 * I
LYC4800	54823457B	REGINALDO CANDIDO	6599/2	230 * V
LYC4800	54823458B	REGINALDO CANDIDO	5169/1	165
LYC4800	54823459B	REGINALDO CANDIDO	6912/0	232
LYR1894	55562904B	SHEILA JACINTO	6920/0	233
LZD2053	55562932B	CLEUSA MARIA NEVES CARLI	6920/0	233
LZS1353	54823465B	JOELSON PEREIRA DA SILVA	6599/2	230 * V
LZS1353	54823466B	JOELSON PEREIRA DA SILVA	5045/0	162 * V
LZS1353	54823467B	JOELSON PEREIRA DA SILVA	5096/0	163 c/c 162 * V
LZS1353	54823469B	JOELSON PEREIRA DA SILVA	6408/0	221
LZX6123	55561527B	REGINALDO RODRIGO COSTA	6920/0	233

MAG2650	55562750B	RICARDO KORB	6920/0	233
MAV2695	55562880B	JEREMIAS FERNANDES	6920/0	233
MBB3872	55562930B	CLAUDINEY DIEGO NAGEL	6920/0	233
MBQ8447	55562625B	ARIANA APARECIDA LANA	6920/0	233
MCB3053	55562902B	INES FERREIRA	6920/0	233
MCN4383	54823633B	MARCELO PEREIRA MACHADO	6599/2	230 * V
MCN4383	54823634B	MARCELO PEREIRA MACHADO	6912/0	232
MCO7254	55562895B	VANDERLEI ZEITZ	6920/0	233
MDG3941	54823322B	EDSON RICARDO FERREIRA	5045/0	162 * V
MDG3941	54823323B	EDSON RICARDO FERREIRA	6912/0	232
MDG4485	55562879B	CARLOS ROBERTO GIRARDI	6920/0	233
MDV1658	55562726B	ANELI THEISS	6920/0	233
MED3389	55562867B	JAISON LAUDERI VIEIRA	6920/0	233
MEE9347	54823389B	EVA TULIANO	5010/0	162 * I
MEE9347	54823390B	EVA TULIANO	6599/2	230 * V
MEP9234	55274032B	ORLANDA TRESSIMO DE CASTRO	5010/0	162 * I
MEP9234	55274033B	ORLANDA TRESSIMO DE CASTRO	6912/0	232
MEP9234	55274034B	ORLANDA TRESSIMO DE CASTRO	5061/0	163 c/c 162 * I
MFO5602	55561283B	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA GUEDES	6599/0	230 * V
MFO5602	55561283B	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA GUEDES	6637/0	230 * IX
MGC9800	55562924B	ELZA ANDREIA DA SILVA SOARES	6920/0	233
MLV6100	55562865B	MAICON AUGUSTINHO DOS SANTOS	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 749/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 749/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CVR1074	55562876B	OSMARINO DA TRINDADE	5525/0	181 * XV
DOG5847	55274327B	JORGE DANIEL NUNEZ DA SILVA	7366/2	252 * VI
HWE5734	55274141B	LUIZ ADOLFO PINTO	5991/0	206 * I
LYU7777	55562499B	SANDRA FAVARETO MARTINS CUSTODIO	5541/1	181 * XVII
MAI3570	55561568B	PEDRO CLAUDINO DE OLIVEIRA	5746/0	187 * I
MAX0734	55561329B	LUCIANA DA CUNHA	5541/0	181 * XVII
MBC5261	55562796B	VEGETAL BRASIL IND.COM.PRODUTOS NUTRI E NUTRA LTD,	5746/3	187 * I
MCX1545	55562860B	BRITAGEM BARRACAO LTDA	5460/0	181 * IX
MDY8654	55562948B	ELIAS CALIXTO DANTAS CORREIA	5541/1	181 * XVII
MEE1600	55561324B	EDEMAR SABEL	5541/0	181 * XVII
MEU2829	55562799B	SEBASTIAO VOLMIR ASSIS DOS REIS	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 750/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 750/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
GTX0851	55562663B	ORLEI MACHADO	6920/0	233
JGD7073	55562409B	ALESSANDRA VALERIA DE OLIVEIRA	6920/0	233
LVN5209	55274315B	ANTONIO LUIZ PEREIRA	7358/0	252 * V
LWT7754	55562297B	MARCIA MACHADO DE ANDRADE BERKEMBROCK	6920/0	233
LYR1814	55561786B	GIULLIANO ROGERIO MORETTI	6920/0	233
LZC2296	55562414B	ROBERTO GOMES DA SILVA	6920/0	233
LZW7549	55562415B	CHARLES VOLNEI ZABEL	6920/0	233
MAC0681	55562411B	PEDRO WERNER NETO	6920/0	233
MBJ1845	55561937B	GIOVANI PETRI	6920/0	233
MCN9509	55271417B	SANDRO STRAPAZZON	6920/0	233
MDF7083	54823068B	FRANK GOMES	6602/0	230 * VI
MGD5891	55562450B	MARILI FERREIRA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 751/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 751/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALM0780	55562687B	SUELI CARDOSO DOS SANTOS	5991/0	206 * I
LZC5966	55562129B	DILSON DUTRA	5541/1	181 * XVII
LZT9854	55562433B	ANTONIO NICOLETTI	5550/0	181 * XVIII
LZV3644	55562402B	LUCIANO DA SILVA	5541/1	181 * XVII
MAY1650	55562158B	ADEMIR ZUCHI	5452/1	181 * VIII
MBJ3204	55562586B	SCHEILA RAMOS BITENCOURT	5738/0	186 * II
MBX2477	55562570B	VONERIO BRUM DA SILVA	5908/0	202 * I
MBX2477	55562571B	VONERIO BRUM DA SILVA	7064/0	244 * IV
MBY6172	55562470B	VALMIR RIGOTTI	5541/1	181 * XVII
MCT6526	54823363B	JEFFERSON DA LUZ	7056/1	244 * III
MCX2988	55562661B	ANDRIONE ADAO	6050/2	208
MEM7707	55562230B	LUIS CARLOS DESCHAMPS	5967/0	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Editais de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 752/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 752/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZT7117	55562857B	PAULO SERGIO MULHMANN	5738/0	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 753/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 753/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LWU2358	55562273B	GILIARD LANA	6920/0	233
LWZ2915	55561831B	ROBSON DE OLIVEIRA FURTUNATO	6920/0	233
LXR5927	55562133B	LEANDRO MARCIEL WITTE	6700/1	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Editais de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 754/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 754/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYQ4686	55561827B	ADENOR PINHEIRO	5541/1	181 * XVII
MDV9517	55562314B	JAISON RODRIGUES PEREIRA	7366/2	252 * VI
MJE5600	55561664B	AMARILDO ARAUJO DA SILVA	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 755/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 755/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJT8694	55562627B	VALDEMIR CANDIDO	6920/0	233
ALB5560	55562934B	ROQUE RAMOS BONETTI	6920/0	233
ARO0307	55562913B	EDNEI LUIS ZUCCHI	6920/0	233
CRK9087	55562896B	JOSE ANTONIO VARELA	6920/0	233
IAY4291	55562633B	JOSE MARCOS BORGES NETO	6920/0	233
LXA5224	55562966B	CESAR FERETTI	6920/0	233
LXS7790	55561422B	SABINO GREGOLON	6971/0	238
LZN2712	55561531B	JOAO LUCIO DE SIMAS	6920/0	233
MAJ9736	55562923B	PEDRO PEREIRA DO AMARAL	6920/0	233
MAS6849	55562890B	RUI CESAR MELATO	6920/0	233
MBD3144	55273028B	CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MBU4254	55273314B	ANDRE LUIS DE SOUZA	6556/0	230 * I
MBU4254	55273318B	ANDRE LUIS DE SOUZA	6610/0	230 * VII
MCL0468	55562806B	ROGERIO VICENTE LOURENCI	6920/0	233
MCT9798	55562897B	GIOVANI NICOLETTI	6920/0	233
MEG5201	55562255B	ELEANDRO LIRIA	6920/0	233
MEU7667	55561511B	EVERTON ALVES DE ALMEIDA	6920/0	233
MFA1360	54823563B	VILMA LOPES	5010/0	162 * I
MFA1360	54823564B	VILMA LOPES	6599/2	230 * V
MFA4680	55563005B	MARIA VITORIA WERNER	7340/0	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 756/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 756/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AET8886	55563022B	ANDERSON SCHIESTIL	5746/3	187 * I
AKD5578	55274323B	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS	5568/0	181 * XIX
ANZ0348	55561410B	SANDRO ANDRE MITKUS	5207/0	169
ASB0641	55562117B	ADRIANO DE SOUZA	5460/0	181 * IX
CBR5501	55562815B	LUIZ ROBERTO SIQUEIRA E MARIA IRMA LEHMKUHL	5606/0	182 * IV
CYB4231	55561555B	MARLI NEVES MELO	5568/0	181 * XIX
LXS7790	55561421B	SABINO GREGOLON	6823/0	231 * IV
LXS7790	55561423B	SABINO GREGOLON	5835/0	195
LYK5218	55562818B	VILMAR GONCALVES	5568/0	181 * XIX
LYY9967	55562961B	IVONE FLORES	5541/1	181 * XVII
LZZ8235	55561609B	RANDI ADAM	5746/0	187 * I
MAR6326	55561572B	ANA PAULA PUNTEL	7366/0	252 * VI
MAX8842	54543066B	CRISTIANO DUARTE VILLAS BOAS	5991/0	206 * I
MAY3335	55562816B	ODAIR JOSE DE SOUZA	6165/0	214 * V
MBG2495	55561487B	SIDERLEI SCHMITT	5800/0	192
MBM8230	55562119B	ROGERIO LANA	5541/1	181 * XVII
MBS7697	54823327B	CLAUDEMIR KILIAM DE PAULA	7048/1	244 * II
MBU4254	55273315B	ANDRE LUIS DE SOUZA	5207/0	169
MBU4254	55273316B	ANDRE LUIS DE SOUZA	7030/0	244 * I
MBU4254	55273317B	ANDRE LUIS DE SOUZA	7064/0	244 * IV
MBW1930	55562298B	CLEITON THEIS ME	5541/1	181 * XVII
MCD3278	55561263B	ANTONIO MARCOS SCHMITT	7366/0	252 * VI
MCX1373	55562920B	VERA LUCIA THEISS	5541/1	181 * XVII
MDV1782	55271937B	ISAUQUE DE OLIVEIRA	5541/0	181 * XVII
MEY3918	55563017B	OTEMAR SOLON DA SILVA GOMES	5800/0	192
MEZ0048	55561553B	ADRIANO DA SILVA	5800/0	192

MFA8491	55561294B	PEDRO CHIMINELLI	5541/0	181 * XVII
MFK3408	55561406B	ENILSON SCHROEDER	5207/0	169
MFS6548	55562974B	DIRCEU DE SOUZA NUNES	5541/1	181 * XVII
MFV3038	54823325B	ANDREIA DE OLIVEIRA	5568/0	181 * XIX
MFV8272	55561184B	RODRIGO SYPNIEVSKI	5991/0	206 * I
MHJ0560	55562972B	PEDRO PAULO BERNARDI	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Editais de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 757/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 757/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABA8829	55560807B	VILMAR LUCIO FURTADO	6599/0	230 * V
AET4250	55845400A	OSMAR UBERTI	6599/0	230 * V
MBE5870	55560914B	LEONIR JOSE SIQUEIRA	6599/0	230 * V
MBV5023	55560880B	MAICON PIERRE SCHMIDT	5037/0	162 * III
MCO2489	54822333B	ALVARO FERNANDO PAMPLONA	5274/0	175
MCX4861	55273389B	VILSON FIGUEIRO DE LINHARES	6599/2	230 * V
MDH3143	54823159B	JOZOEL LAVAL	5169/0	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 758/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 758/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AET4250	55845399A	OSMAR UBERTI	5525/0	181 * XV
MCW5013	54823376B	THIAGO JOSE AURELIANO RAFAEL MACHADO	7030/1	244 * I
MCW5013	54823378B	THIAGO JOSE AURELIANO RAFAEL MACHADO	7048/1	244 * II
MDJ9168	54541902B	RENI VIEIRA NEVES	5819/0	193
MDJ9168	54541903B	RENI VIEIRA NEVES	5835/0	195
MFL0988	55273114B	CLEBERTON LUIZ MARTINS	7048/0	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação – Infração de Trânsito nº 147 – 759/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 759/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
DQY4410	55562641B	HAMILTON HENRIQUE DE SOUZA	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 4 DE MARÇO DE 2009

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMUSA**Extrato Contrato Nº 33/2009 - SAMUSA**

SAMUSA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR

• EXTRATO CONTRATOS / 2009

Número do contrato: 33/2009

Data vigência: 07/07/2009

Data vencimento: 31/08/2009

Número da Licitação: 43/2009 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar - SAMUSA

Contratado: HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 04.633.656/0001-00

Objeto: Implantação de sistema de bombeamento de água em poço artesiano na localidade do Belchior Alto, a montante da ETA V, visando a captação de água subterrânea para a elevação do suprimento de água potável na localidade do Belchior.

Valor: R\$ 12.098,22 (doze mil, noventa e oito reais e vinte e dois centavos).

Gaspar (SC), em 07 de julho de 2009

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Contrato Nº 34/2009 - SAMUSA

SAMUSA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR

• EXTRATO CONTRATOS / 2009

Número do contrato: 34/2009

Data vigência: 21/07/2009

Data vencimento: 30/09/2009

Número da Licitação: 44/2009 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar - SAMUSA

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS IDOL LTDA. - ME - CNPJ/CPF do contratado: 01.268.509/0001-82

Objeto: Aquisição de botinas para os servidores do SAMUSA que executam atividades externas, como implementação de medida de saúde e segurança no trabalho.

Valor: R\$ 1.876,00 (um mil, oitocentos e setenta e seis reais).

Gaspar (SC), em 21 de julho de 2009

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

José Boiteux**Prefeitura Municipal****Decreto 066/2009**

DECRETO nº 066/2009.

AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.017 FUNDEB 60%
Modalidade de Aplicação : 3.190.00.00.00 (43)
Recursos : 0102 FUNDEB 60%
Valor : R\$ 50.000,00

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 27 julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC Lei 759/2008.

Decreto 067/2009

DECRETO Nº. 067 /2009.

CONVOCA A V CONFERÊNCIA NUCLEADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Nucleada de Assistência Social, a ser realizada no dia 07 de agosto de 2009, tendo como tema central: "Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) .

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 27 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

ADRIANE ALVES DA CRUZ

Presidente CMAS

Decreto 068/2009

DECRETO Nº 068/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 17.000,00 (dezessete reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade 01 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto Projeto/Atividade 2.024 – Salário Educação
Modalidade de Aplicação – 4.4.90.00.00(66)
Recursos 1103 – Salário Educação
Valor R\$ 17.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade 01 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto Projeto/
Atividade 2.024 – Salário Educação
Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00(30)
Recursos 1103 – Salário Educação
Valor R\$ 17.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 27 de julho de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Portaria 380/2009

PORTARIA N° 380/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Adriana da Cunha Bertelli, a partir de 23.07.2009, admitida pela Portaria nº 141/2009 de 10.02.2009, que a admitiu no cargo em caráter temporário de Professor Nível I Não Habilitado.

José Boiteux, 24 de julho de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

Portaria 381/2009

PORTARIA N° 381/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Carlos Zanir Cipriani, a partir de 27.07.2009, nomeado pela Portaria nº 104/1992 de 11.05.1992, que o admitiu no cargo em caráter efetivo de Auxiliar Agropecuário.

José Boiteux, 27 de julho de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

Portaria 382/2009

PORTARIA N° 382/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, II da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor Fernando M. Reis, a partir de 27.07.2009, admitido pela Portaria nº 218/2009 de 02.03.2009, que o admitiu no cargo em caráter temporário de Professor Nível Não Habilitado.

José Boiteux, 27 de julho de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

Portaria 383/2009

PORTARIA N° 383/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando

da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Anelir Fossa Vaz, a partir de 28.07.2009, nomeada pela Portaria nº 076/2002 de 26.02.2002, que a admitiu no cargo em caráter efetivo de Servente.

José Boiteux, 28 de julho de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

Luzerna

Prefeitura Municipal

Convite

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
C O N V I T E
AUDIÊNCIA PÚBLICA

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), em cumprimento à Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Municipal nº 325, de 05 de dezembro de 2001, CONVIDA os habitantes do Município, maiores de 16 anos, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, visando discussão e elaboração do PPA - PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO para o período 2010/2013 e eleger e priorizar os objetivos e metas da Administração a serem incluídas na LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2010.

Data: 11 de agosto de 2009 (Terça-feira)

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna

Horário: início às 14:00 horas

Aproveite esse importante espaço para participação na Administração Pública Municipal.

Luzerna(SC), 27 de julho de 2009
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Notificação de recebimento de receita

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais vinculados ao Contrato de Repasse nº 257.773-77/2008, no âmbito do Programa Gestão da Política de Desenvolvimento, sob a gestão do Ministério das Cidades, para pavimentação asfáltica em CAUQ.

06/07/2009	Termo de Convênio 257.773-77/2009	98.200,00
------------	-----------------------------------	-----------

Luzerna(SC), 08 de julho de 2009
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1091/2009

LEI Nº. 1091 DE 24 DE JULHO DE 2009

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2010/2013 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Massaranduba para o quadriênio 2010/2013, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as despesas relativas aos programas de duração continuada estando expresso nas planilhas dos ANEXOS II desta Lei.

Art. 3º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas no forma do Anexo III desta Lei.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçadas a preços correntes com projeção de inflação em torno de 6% ao ano.

Art. 5º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 8º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 24 de Julho de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Lei Nº 1092/2009

LEI Nº. 1092 DE 24 DE JULHO DE 2009

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Massaranduba, para o exercício de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO V desta lei, e que contera ainda:

- I – Anexo I – Orçamento da Receita
- II – Anexo II – Prioridades e Metas.
- III – Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.
- IV – Anexo IV – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar

o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no compartilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e elemento de despesa, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Elemento de Despesa em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo

7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XII – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XIV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2010. (Art. 5º, III);

XIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada fonte na composição da Receita total (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

II – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2010 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, ope-

rações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 Os orçamentos para o exercício de 2010 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo Único - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, §

único e 50, I da LRF).

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, constantes do anexo específico desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 25 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Elemento de Despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 27 Os programas prioritizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2010, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 29 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VII– DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). Poderá ainda o Executivo Municipal contribuir para plano de assistência à saúde dos servidores municipais, de acordo com a disponibilidade financeira e mediante lei autorizativa.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Massaranduba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e

renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 36 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 37 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

IX– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 38 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2010.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Massaranduba, 24 de Julho de 2009.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Decreto N° 1798/2009

DECRETO Nº. 1798 DE 24 DE JULHO DE 2009
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO
0601.012.361.1200.2017 – Manutenção do Ensino Fundamental
0601 – 33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
0601 – 10100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO

0601.012.361.1200.2017 – Manutenção do Ensino Fundamental

0601 – 33903200 – Material de Distribuição Gratuita

0601 – 10100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos-
Educação..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 24 de Julho de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI

Diretor do Depto de Adm. e Finanças

Contrato N° 19/2009

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°. 19/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: DR. FERNANDO CESAR VIEIRA SILVA - Pessoa Física

OBJETO: Prestação de Serviços de Atendimento Médico de

Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 46,50 (Quarenta e seis reais e cinquenta centavos) /
Por Hora

DATA DA VIGÊNCIA: 16/07/2009 a 31/12/2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato N° 46/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°. 46/2009

PROCESSO: Convite n°. 50/2009

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: BSA – BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA
AMBIENTAL LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada em Engenharia Sanitária para prestação de assessoria técnica para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico; Elaboração do Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários e desenvolvimento de estudos, análise e pareceres técnicos relacionado ao Sistema de Abastecimento de Água Municipal e Antigo Depósito de Resíduos Sólidos do Município.

VALOR: R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)

DATA DA VIGÊNCIA: 24/07/2009 a 23/01/2010

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação Convite 44/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

CONVITE N° 44/2009

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Convite, do tipo menor preço por item,

para aquisição de materiais didáticos e de expediente, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 05 de agosto de 2009. Edital e outras informações encontram-se à disposição na secretaria de administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, e no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2009.

EVANDRO JOAO DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação Convite 45/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

CONVITE N° 45/2009

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Convite, do tipo menor preço global, objetivando a reforma de três escolas municipais, com fornecimento dos materiais. A abertura das propostas será às 11:00 horas do dia 05 de agosto de 2009. Edital e outras informações encontram-se à disposição na secretaria de administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, e no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 29 de julho de 2009.

EVANDRO JOAO DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 63/2009

Extrato do contrato n° 63/2009 conforme Processo Licitatório n° 35/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Vitalab Análises Clínicas Ltda, CNPJ n° 04.888.923/0001-82.

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Análises Clínicas.

Valor Estimado: R\$ 19.554,00 (Dezenove mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais) pagos mensalmente de acordo com a autorização dos serviços.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 64/2009

Extrato do contrato n° 64/2009 conforme Processo Licitatório n° 36/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Vanessa Adriano Melo ME, CNPJ n° 05.302.355/0001-59.

Objeto: Aquisição de Uniformes.

Valor Estimado: R\$ 44.829,95 (Quarenta e quatro mil oitocentos e vinte nove reais com noventa e cinco centavos) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 005/09

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2009
MODALIDADE LEILÃO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13 DE AGOSTO DE 2009, licitação modalidade leilão nº 005/2009, tendo como objeto a VENDA DO SEGUINTE BEM MÓVEL INSERVÍVEL: Um Trator de Esteira marca Komatsu D-50, ano 1985, série B5710, pelo preço mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/08/2009, até as 10:30 hs, com abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e julgamento dos lances no mesmo dia às 10:45 hs. Maiores informações, bem como a leitura e obtenção da integral do edital, poderão ser feitas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 27 de Julho de 2009.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 0121/2009

CONTRATO Nº 0121/2009

OBJETO: Fornecimento de Gêneros alimentícios

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 037/09

EMPRESA CONTRATADA: Mercado RZ Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.168,00 (vinte mil cento e sessenta e oito reais)

DATA DO CONTRATO: 22/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0122/2009

CONTRATO Nº 0122/2009

OBJETO: Fornecimento de Gêneros alimentícios

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 037/09

EMPRESA CONTRATADA: Mercearia Tia Lorena

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.012,00 (oito mil e doze reais)

DATA DO CONTRATO: 22/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0123/2009

CONTRATO Nº 0123/2009

OBJETO: Fornecimento de Gêneros alimentícios

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 037/09

EMPRESA CONTRATADA: Francis Brezolin Bogoni

VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.838,01 (treze mil oitocentos e trinta e oito reais e um centavo)

DATA DO CONTRATO: 22/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0124/2009

CONTRATO Nº 0124/2009

OBJETO: Calçamento vinhos Duelo

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 007/09

EMPRESA CONTRATADA: Fiorelli Ind. Lajotas Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 24/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0125/2009

CONTRATO Nº 0125/2009

OBJETO: Aquisição de material impresso para a secretaria de saúde

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 63/09

EMPRESA CONTRATADA: Grafica America Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.430,07 (um mil quatrocentos e trinta reais e sete centavos)

DATA DO CONTRATO: 23/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto União

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 169/2009

DECRETO Nº 169, DE 17 DE JULHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, devidamente combinado com o art. 24, e seguintes da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º APOSENTA por invalidez permanente com proventos integrais o Sr. FRANCISCO ALCIR SYZNKOVIAK, no Cargo de Motorista de Veículos Leves, portador do RG nº 23ªR/230.162, inscrito no CPF sob o nº 286.213.609-34, com ingresso no Serviço Público em 20 de março de 1990, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para exercer a função de motorista, e em 1º de fevereiro de 1991 foi efetivado através de Concurso Público, Matrícula nº 1446, e finalmente, em 20 de janeiro de 1995 foi transposto para o regime estatutário e enquadrado na mesma função, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º O Servidor aposentado por invalidez por força deste Decreto, deverá, após o decurso de 1 (um) ano contado da data de publicação deste ato, submeter-se a inspeção médica para efeito de reversão, tudo consoante preconiza os artigos 27, 28 e 29, da Lei nº 3.079, de 06 de julho de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de julho de 2009.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 170/2009

DECRETO Nº 170, DE 17 DE JULHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, devidamente combinado com o art. 24, e seguintes da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º APOSENTA por invalidez permanente com proventos inte-

grais o Sr. DAVI ANGELINO, no Cargo de Fiscal de Tributos, portador do RG nº 3.886.759-8, inscrito no CPF sob o nº 549.825.109-20, com ingresso no Serviço Público em 03 de novembro de 1987, na função de agente educacional, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e em 02 de janeiro de 1989 foi designado para ocupar a função de fiscal de tributos, tendo sido efetivado na mesma função através de Concurso Público, Matrícula nº 1256, em 1º de fevereiro de 1991, e finalmente, em 20 de janeiro de 1995 foi transposto para o regime estatutário e enquadrado na mesma função, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º O Servidor aposentado por invalidez por força deste Decreto, deverá, após o decurso de 1 (um) ano contado da data de publicação deste ato, submeter-se a inspeção médica para efeito de reversão, tudo consoante preconiza os artigos 27, 28 e 29, da Lei nº 3.079, de 06 de julho de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de julho de 2009.
RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 171/2009

DECRETO Nº 171, DE 17 DE JULHO DE 2009.
DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o disposto no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, devidamente combinado com o art. 24, e seguintes da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º APOSENTA por invalidez permanente com proventos integrais o Sr. MAURINEI JOSÉ COSTA, no Cargo de Técnico em Agropecuária, portador do RG nº 1.481.210-5, inscrito no CPF sob o nº 371.870.669-53, com ingresso no Serviço Público em 04 de julho de 1994, na função de técnico agrícola, matrícula nº 1812, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tendo sido transposto para a regime estatutário em 20 de janeiro de 1995, e enquadrado na mesma função, e em 03 de outubro de 2005 foi reenquadrado no cargo de provimento efetivo de técnico em agropecuária, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º O Servidor aposentado por invalidez por força deste Decreto, deverá, após o decurso de 1 (um) ano contado da data de publicação deste ato, submeter-se a inspeção médica para efeito de reversão, tudo consoante preconiza os artigos 27, 28 e 29, da Lei nº 3.079, de 06 de julho de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de julho de 2009.
RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente do IMPRESS

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 799/09

DECRETO Nº 799 DE 01 DE JULHO DE 2009
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses de Convênio com o Governo Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO	
09.00		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
1.093	Promoção e Realização de Eventos – União	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
	TOTAL	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de julho de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 819/09

DECRETO Nº 819, DE 13 DE JULHO DE 2009
"NOMEIA SIRLEI SONNTAG"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares n.º 098 e 099, ambas de 24/04/2003, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SIRLEI SONNTAG, para a partir de 13/07/2009, exercer em comissão o cargo de Chefe da Divisão de Controle de Equipamento e Veículo Pesado, com 20% de gratificação, nos termos do § 2º, do Art. 5º, da Lei Complementar n.º 098 e § 2º, do Art. 52, da Lei Complementar n.º 099, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de julho de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Municipal de Administração
Vlrm

Decreto N° 820/09

DECRETO N° 820, DE 13 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2009-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto N° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 034 de 02/07/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes CRISTÁLIA PROD.QUIM.FARMAC.LTDA, NUNESFARMA DISTR. PROD. FARMAC.LTDA, DIMACI MAT.CIRURGICO LTDA, PROSAUDE DISTRIB.MEDIC.LTDA, SULMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSPLTDA, MAURO MARCIANO G.FREITAS LTDA, PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, COM. CIRUR. RIOCLARENSE LTDA, DIMASTER COM.DE PROD.HOSP.LTDA, WERBRAN DISTR. DE MEDIC.LTDA, DIPROLMEDI MEDIC. LTDA, CENTERMEDI COM. DE PROD.HOSP.LTDA, AUDIFARMA COM.E MEDIC.LTDA, PRODIET FARMACEUTICA LTDA e VICTORIA COM.DE PROD.HOSP.LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de julho de 2009.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO N° 820/2009

Pregão Presencial n° 034 de 02/07/2009-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de 136 (cento e trinta e seis) itens de medicamentos da rede para atender necessidade até novembro/2009 da Central de Medicamentos-CEME da Sec. de Saúde.

Prego: por item

Participantes: CRISTÁLIA PROD.QUIM.FARMAC.LTDA, NUNESFARMA DISTR. PROD. FARMAC.LTDA, DIMACI MAT.CIRURGICO LTDA, PROSAUDE DISTRIB.MEDIC.LTDA, SULMEDI COM. DE PROD.HOSP.LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSPLTDA, MAURO MARCIANO G.FREITAS LTDA, PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, COM. CIRUR. RIOCLARENSE LTDA, DIMASTER COM.DE PROD. HOSP.LTDA, WERBRAN DISTR.DE MEDIC.LTDA, DIPROLMEDI MEDIC. LTDA, CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA, AUDIFARMA COM.E MEDIC.LTDA, PRODIET FARMACEUTICA LTDA e VICTORIA COM.DE PROD.HOSP.LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante CRISTALIA PROD.QUIM.E FARMAC.LTDA nos itens 035, 039, 040, 041, 043, 045,047,061,068,080,115 e 135; NUNESFARMA DISTR.DE PROD. FARM.LTDA no item 122; DIMACI MAT.CIRURGICO LTDA nos itens 008, 011, 012, 017, 019, 023, 024, 025, 029, 031, 032, 033, 037, 044, 050, 051,053,054,058,059,062,063,066,069,090,091,092,093,094,097,099,100,103,104,106,107,108,110,111,112,113,120,121,123,125,126,127,128,130,132 e 136; PROSAUDE DISTRIB.MED.LTDA nos itens 060 e 073; SULMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA nos itens 003,005,077 e 078; ALTERMED MAT.MED.HOSP.LTDA nos itens 007,016,022,036,046,057,064,079,098 e 105; MAURO MARCIANO G.DE FREITAS no item 002; PONTAMED FARM.LTDA no item 067; COMERCIAL CIRG.RIOCLARENSE LTDA nos itens 038,042,055,119,131 e 133; DIMASTER COM.DE PROD.HOSP.LTDA nos itens 009,

013,015,020,048,084,086 e 109; WERBRAN DISTRIB.DE MED. LTDA nos itens 010, 014, 026, 027, 028, 034,056,071,072,074,087,101,102,117,124 e 129; DIPROLMEDI MED.LTDA nos itens 006,030,049,070 e 116; CENTERMEDI COM.PROD.HOSP.LTDA nos itens 018,021,085,088,096 e 134; AUDIFARMA COM.DE MED. LTDA nos itens 052,095 e 114; PRODIET FARM.LTDA nos itens 001,004,065,089 e 118 e VICTORIA COM.DE PROD.HOSP.LTDA nos itens 075,076,081,082 e 083.

Decreto N° 821/09

DECRETO N° 821, de 14 de julho de 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2009-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto N° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 035 de 02/07/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes DIMACI MAT. CIRURGICO LTDA, ESPECIALISTA PROD.P/LABOR.LTDA, SULMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSP. LTDA, MAURO MACIANO G.FREITAS LTDA, PONTAMED FARM. LTDA, COM.CIRURG.RIOCLARENSE LTDA, DIMASTER COM.DE PROD.HOSP.LTDA, UCI-FARMA IND.FARMAC.LTDA, DIPROLEMDI MEDIC.LTDA, CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA, AGLON COM. E REPRES.LTDA e PRODIET FARMACEUTICA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de julho de 2009.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 821/2009

Pregão Presencial n° 035 de 02/07/2009-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de 140(cento e quarenta reais) itens de medicamentos do Programa Municipal de Atenção à Saúde do Idoso da Sec. de Saúde, para atender necessidade até novembro/2009.

Prego: por item

Participantes: DIMACI MAT.CIRURGICO LTDA, ESPECIALISTA PROD.P/LABOR.LTDA, SULMEDI COM.DE PROD.HOSP.LTDA, ALTERMED MAT.MED.HOSP.LTDA, MAURO MACIANO G.FREITAS LTDA, PONTAMED FARM.LTDA, COM.CIRURG.RIOCLARENSE LTDA, DIMASTER COM.DE PROD.HOSP.LTDA, UCI-FARMA IND. FARMAC.LTDA, DIPROLEMDI MEDIC.LTDA, CENTERMEDI COM. DE PROD.HOSP.LTDA, AGLON COM. E REPRES.LTDA e PRODIET FARMACEUTICA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante DIMACI MAT.CIRURGICO LTDA nos itens 007, 009, 023, 034, 041, 052, 057, 066, 067,069,083,085,101,110,116,121 e 139; SULMEDI COM.DE PROD. HOSP.LTDA nos itens 008,027,029,053,060,082,084,087,090,103,104 e 133; ALTERMED MAT. MED.HOSPITALAR LTDA nos itens 098 e 113; MAURO MARCIANO G.DE FREITAS nos itens 001, 003, 010, 011, 012, 014,017,018,019,020,026,028,035,036,037,039,047,049,051,054,056,0

58,070077,081,086,088,093,094,099,100,102,105,106,107,108, 122,124,125,126,127131,132,137,138 e 140; PONTAMED FARM. LTDA nos itens 096 e 128; ESPECIALISTA PROD.P/LAB.LTDA nos itens 013,024,091,092,114 e 118; COMERCIAL CIRURG. RIOCLARENSE LTDA nos itens 044,048,089,130 e 134; DIMAS-TER COM.DE PROD.HOSP.LTDA nos itens 015,016,045,073,075 e 097; UCI-FARMA IND.FARM.LTDA no item 002; DIPROLMEDI MED.LTDA nos itens 004, 005, 025, 030, 040,0 42, 043, 046,0 55,061,065,068,072,074,076,079,095,109,115,135 e 136; CEN-TERMEDI COM.PROD.HOSP.LTDA nos itens 006, 022, 038, 050, 059,064,071,112,117,120 e 129; PRODIET FARMACEUTICA LTDA nos itens 032,033,062,063,078,111,119 e 123 e AGLON COM.E REPRES.LTDA nos itens 021 e 031.

Decreto Nº 822/09

DECRETO Nº 822, DE 14 DE JULHO DE 2009.

"CONSTITUI E DEFINE COMPETENCIA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado a Conferência Municipal da Assistência Social, que terá como tema: "Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social-SUAS".

Art. 2º – A Conferência se realizará no dia 30 de Julho de 2009, nas dependências do auditório do Instituto Maria Auxiliadora-IMA, o credenciamento acontecerá as 8h00 e a abertura oficial as 08h30min, encerrando as 17h30min.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Julho de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 823/09

DECRETO Nº 823, DE 14 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 061/2009."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto Nº 517/2009, o resultado da Carta Convite Nº 061 de 16/06/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante GEOCON GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de julho de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 823/2009

Carta Convite nº 061 de 16/06/2009

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de sondagem tipo rotativa de terrenos da PMRS no bairro Albertina.

Preço: global

Participantes: PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE SC LTDA, GEOCON GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA e WEEK GEO MINERAÇÃO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante GEOCON GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Decreto Nº 824/09

DECRETO Nº 824, DE 16 DE JULHO DE 2009.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR TERRENOS, PARA FINS DE PERMUTA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Senhores Sérgio Vasselai, André da Lança Marcon, Jaime Sborz e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão avaliarem, num prazo de 5 (cinco) dias, as seguintes áreas de terra:

Área 01

- terreno situado no perímetro urbano, na Estrada Blumenau, no bairro Bela Aliança, com a área de 1.400,00m², com as seguintes confrontações: fazendo frente com 20.00m, com o lado par da Estrada de Ferro Santa Catarina S/A; fundos com 41,87m, com terras de Paulo Sasse; extremando do lado direito em 03 linhas retas quebradas, sendo a primeira com 13,93m, a segunda com 19,85m e a terceira com 14,18m, todas com terras de Paulo Sasse e do lado esquerdo com 47,39m com terras da Mitra Diocesana de Rio do Sul, conforme matrícula nº 17167, de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina-COHAB, a ser permutada com a área 2, pertencente ao Município de Rio do Sul e destina-se a construção de um PSF.

Área 02

- terreno situado no perímetro urbano, no bairro Laranjeiras, com a área de 1.609,56m², representado pela área 32 da quadra "D" do Loteamento Helga, com as seguintes confrontações: fazendo frente em 43,51m, com a Rua número 08 e o lote 33 da quadra D, ambos do referido Loteamento; fundos em 43,04m, com terras de Zeli Maria Ferreira, Rubens dos Santos e Sonia Mara dos Santos Klug e Nelson dos Santos; extremando do lado direito em 28,59m com terras de Augusto Franzes, herdeiro de Valmor Souza e Ademar Antonio Schmidt e do lado esquerdo em 28,31m com o lote 31 da quadra D do referido loteamento, conforme matrícula nº 40.556, de propriedade do município de Rio do Sul, a ser permutada com a área 1 pertencente a COHAB.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de julho de 2009.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 825/09

DECRETO N° 825, DE 17 DE JULHO DE 2009.

"NOMEIA MEMBROS DO GRUPO TÉCNICO EXECUTIVO-GTE DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Grupo Técnico Executivo-GTE, para elaboração do edital e acompanhamento dos produtos a serem entregues pela empresa licitante na elaboração do Plano de Saneamento Básico Municipal:

- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:
- Divisão de Meio Ambiente:
Cláudia Hilbert
Daniela Reuter Kopp
- Divisão de Urbanismo:
Alexandre José Woritovicz
- Plano Diretor:
André Gustavo Wormsbecher
- Representantes da Secretaria Municipal de Obras:
Dalton Borgonovo
Nilton Xavier
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
Mariléia Batista
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde-Vigilância Sanitária:
Nadir Marchi
- Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:
José Luiz do Nascimento
- Representante da Procuradoria Jurídica:
Jaison Fernando de Souza

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de julho de 2009

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

Decreto N° 826/09

DECRETO N° 826, DE 20 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2009-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto N° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 036 de 02/07/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TRADE MEDICAL COM.DE MATERIAIS HOSP.LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de julho de 2009.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 826/2009

Pregão Presencial n° 036 de 02/07/2009-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de uma câmara fria para atender necessidade da rede de frios da vigilância epidemiológica da Sec. de Saúde.

Preço: global

Participantes: TRADE MEDICAL COM.DE MATERIAIS .HOSP.LTDA-ME

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante TRADE MEDICAL COM.DE MATERIAIS HOSP.LTDA-ME.

Decreto N° 827/09

DECRETO N° 827, DE 20 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2009-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto N° 518/2009, o resultado do Pregão Presencial N° 037 de 02/07/2009, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de julho de 2009.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 827/2009

Pregão Presencial n° 037 de 02/07/2009-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de cestas básicas para atender necessidade dos bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego-PEAD da Sec. de Saúde.

Preço: global

Participantes: SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA.

Decreto N° 828/09

DECRETO N° 828, DE 20 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS N° 058/2009."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no

uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto Nº 517/2009, o resultado da Tomada de Preços Nº 058 de 10/06/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de julho de 2009.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 828/2009

Tomada de Preços nº 058 de 10/06/2009

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para implantação, pintura e placas indicativas na sinalização horizontal e vertical em diversas ruas do município-Depto de Trânsito-Sec. de Planejamento.

Preço: global

Participantes: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA e SINAL VIAS SINALIZADORA VIÁRIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decreto Nº 829/09

DECRETO Nº 829, DE 21 DE JULHO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2009."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica, a Dispensa de Licitação nº 062/2009, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A-EPAGRI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de julho de 2009.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Portaria Nº 0689/RH

PORTARIA Nº 0689/RH, 21 DE JULHO DE 2009.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto nos Arts. 109 ao 141, da Lei complementar nº 099, de 24 de abril de 2003, constituir a Comissão de Inquérito Administrativo nº 010/2009, que será integrada pelos seguintes servidores:

- a) Farley de Ávila, matrícula nº 2372/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, na qualidade de presidente;
- b) Geomar Finardi Nascimento, matrícula nº 29130/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal do PROCON,
- c) Gilberto Julio Vicente, matrícula nº 18252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III.

Art.2º. A comissão ora constituída, tem a incumbência de analisar o seguinte fato:

" De acordo com o Memorando nº 399/09 emitido pela Secretaria Municipal de Educação e documentos em anexo, o servidor Cristiano Rech Bitencourt, matrícula 35260/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 41, teria no dia 07 de julho de 2009 se envolvido num acidente de trânsito com danos materiais. O veículo que dirigia era um Mercedes Benz AEZ 3275 de propriedade do Município. Segundo o relato, o servidor em questão estava fora da rota e do horário do Transporte Escolar sem autorização da Secretaria Municipal de Educação e, em tese, estaria infringindo os incisos IV e VII do Art. 89 e incisos XVIII e XIX do Art. 90, ambos da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003.

Art.3º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a contar da data da publicação desta portaria, devendo a comissão notificar de tudo, desde o início, o servidor indiciado.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração

13 de julho de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº 0690/RH

PORTARIA Nº 0690/RH, 21 DE JULHO DE 2009.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto nos Arts. 109 ao 141, da Lei complementar nº 099, de 24 de abril de 2003, constituir a Comissão de Inquérito Administrativo nº 011/2009, que será integrada pelos seguintes servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula nº 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, na qualidade de presidente;
- b) Leonice Witte, matrícula nº 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I,
- c) Lino André Fidelis da Silva, matrícula nº 32360/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III.

Art.2º. A comissão ora constituída, tem a incumbência de analisar o seguinte fato:

“ De acordo com o Memorando nº 398/09 emitido pela Secretaria Municipal de Educação e documentos em anexo, a servidora Silvia Cristina Rosa Nogueira, matrícula 29998/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe “A”, teria no dia 02 de julho de 2009 levado as crianças de sua turma, cuja faixa etária é de quatro a cinco anos para um passeio sem autorização da diretora Gislene Luzia Goetten Zelindro. A servidora em questão conduziu as crianças sozinha, atravessando a Ponte Pênsil situada ao lado da Secretaria Municipal de Obras e as deixou na casa de uma amiga e dirigiu-se à Rodoviária para resolver questões particulares e, em tese, estaria infringindo os incisos III e IV do Art. 89 e incisos I, VII, XVI e XIX do Art. 90, ambos da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003.

Art.3º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a contar da data da publicação desta portaria, devendo a comissão notificar de tudo, desde o início, o servidor indiciado.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração
21 de julho de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Dispensa de Licitação Nº 47/2009 - FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2009

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Fornecedor: Clínica Tesla SS LTDA CNPJ 08.081.252/0001-02

Objeto: contratação de clínica especializada para a realização de exames de ressonância magnética.

Valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Fundamento Legal: Inciso I do Art. 25 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio do Sul, 28 de julho de 2009.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores

Decreto Legislativo 1127

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1127, DE 28 DE JULHO DE 2009
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS DE RIO DO SUL - UABRS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado Termo de Convênio nº 011/2009, que entre si celebram o Município de Rio do Sul, com a interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, e a União das Associações de Bairro de Rio do Sul – UABRS, visando à execução do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS e da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de julho de 2009
JAIME SBORZ
Presidente da Câmara

Conselho Municipal de Contribuintes

Pauta Consulta 004/2009

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PAUTA ANÁLISE DE CONSULTA Nº 004/2009

LEONICE WITTE, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de agosto de 2009, às 08hs00 no plenário da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para análise do relatório referente à Consulta formulada, de acordo com o Art 188 do CTM.

Número do protocolo:	Protocolo Nº 115840/2009
Nome do Recorrente:	Auto Elite Ltda
Nº do Processo Consulta:	007/2009
Relatora:	Conselheira Khellen Kühl Della Santos

Rio do Sul, 27 de julho de 2009.
LEONICE WITTE
Secretaria geral do CMC

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.911

DECRETO Nº 3.911, DE 27 DE JULHO DE 2009.
REMANEJAMENTO ENTRE DESPESAS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de acordo com o disposto no artigo 29, IV, da Lei Municipal nº 1.716, de 29 de novembro de 2007 – LDO combinado com o artigo 13 da Lei Municipal nº 1.717, de 29 de novembro de 2007 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º Fica, a Gerência de Contabilidade e Patrimônio do Município, autorizada a efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R\$ 1.178,10 (um mil, cento e setenta e oito reais e dez centavos), dentro do Projeto/Atividade a seguir especificado:

09 – SECRETARIA MUN. DES. URBANO

09.01 – SECRETARIA MUN. DES. URBANO

09.01.15.451.4516.1.041-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações DiretasR\$ 1.178,10 (um mil, cento e setenta e oito reais e dez centavos).

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUN. DES. URBANO
09.01 – SECRETARIA MUN. DES. URBANO
09.01.15.451.4516.1.041-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações DiretasR\$ 1.178,10 (um mil, cento e setenta e oito reais e dez centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de julho de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Editais de Chamamento Público para Apresentação de Propostas – Aquisição de Gêneros Alimentícios Nº 01/2009

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Nº 01/2009.

1. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, casado, portador do RG nº 12R-1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, TORNA PÚBLICA a abertura do processo de seleção da melhor proposta para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, de acordo com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009 bem como pelas demais disposições:

1.1. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município de São Lourenço do Oeste: www.saolourenco.sc.gov.br.

1.1.1. Fazem parte do presente edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANILHA MÉDIA DE CONSUMO MENSAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

1.2. Os interessados deverão encaminhar suas propostas (Anexo II), em envelope lacrado, acompanhado da cópia do CPF, do DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAFI, e do comprovante de residência, com o seguinte endereçamento:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2009

Município de São Lourenço do Oeste

Rua Duque de Caxias, nº 789

São Lourenço do Oeste - SC

1.3. As propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 05 de agosto de 2009.

1.4. O julgamento será realizado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, nomeada pela Portaria nº 53, de 07 de janeiro de 2009 e suas alterações, em data de 05/08/2009 às 09:00. Os interessados poderão se fazer presentes à Sessão, não sendo, no entanto, requisito para admissão de sua participação no certame.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PROPOSTA. Os critérios de seleção ainda obedecerão o disposto na RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e subsidiariamente, na Lei 8.666 de 1993, no que couber

1.6. As propostas deverão observar os anexos do Edital, observando-se os valores máximos informados.

1.7. Os recursos financeiros são provenientes transferência do FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

Código da Dotação: 07.01.12.306.4506.2.013.3.3.90.00.00.00.00 Projeto/Ativ. 2.013 – Manutenção da Alimentação Escolar.

1.8. Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições legais aplicáveis às licitações, especialmente as previstas na Lei 8.666 de 1993.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de julho de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 329/2009

DECRETO N.º 329/2009

EXONERA CRISTINA GREFF ATHAYDE DO CARGO DE MÉDICA CLÍNICA GERAL DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

ALMIR VALÉRIO DA SILVA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar CRISTINA GREFF ATHAYDE do Cargo de Médica Clínica Geral do Programa de Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho nº. 070/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de julho de 2009.

ALMIR VALÉRIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Editais de Licitação Nº 12/2009 - Modalidade: Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2009. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Centro, São Pedro de Alcântara, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, às 14:00h do dia 11/08/2009. OBJETO: A presente licitação tem como objeto: aquisição de 250 litros de Biolarvici da Microbiano á base de BTI, para o controle de borrachudos, potência de 1200 UTIs (1,2% de concentração de Biomassa), sendo que o produto deverá ser entregue em embalagens de 01(um) litro ou no máximo 05(cinco) litros cada; aquisição de 5.000 (cinco mil) blocos de Rodenticida extrusado (não parafinado) de 20(vinte) gramas cada, na cor verde, formato retangular, a base de bromadiolone a 0,005% contendo substância amargante inibidora de ingestão humana, embalados cada bloco de forma individual, acondicionados em sacos de 01(UM) kilo e em caixas de 10(dez) kilos cada.

Maiores informações no endereço acima, (48) 3277-0122 R:202
licitacoes@pmspa.sc.gov.br , www.pmspa.sc.gov.br.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2009

ALMIR VALÉRIO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Schroeder

Prefeitura Municipal

Decreto N° 001977/09

DECRETO N° 001977/09 DE 15 DE JULHO DE 2009

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

09.02 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

09.02.10.301.0027.2.043 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

-

-

Subtrair superávit financeiro R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 15 de Julho de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Republicação do Decreto N° 001950/09

DECRETO N° 001950/09 DE 1 DE ABRIL DE 2009

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

4.4.90.52.00.00.00.00-Equipamentos e Material Permanente R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

03.01 - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 01 de Abril de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Republicação do Decreto N° 001955/09

DECRETO N° 001955/09 DE 30 DE ABRIL DE 2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 35.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

09.02 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

09.02.10.301.0027.2.043 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 35.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

09.02 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

09.02.10.301.0027.2.043 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 30 de Abril de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Republicação do Decreto Nº 001957/09

DECRETO Nº 001957/09 DE 11 DE MAIO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER
05.01 - SETOR DE EDUCACAO
05.01.12.361.0011.2.015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00
05.01.12.365.0011.2.060 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER
05.01 - SETOR DE EDUCACAO
05.01.12.361.0011.2.015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 10.000,00
05.01.12.365.0011.2.060 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB
3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Schroeder (SC), 11 de Maio de 2009
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.
ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Republicação do Decreto Nº 001964/09

DECRETO Nº 001964/09 DE 1 DE JUNHO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 630.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.01 - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
03.01.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO
07.02 - SETOR DE OBRAS
07.02.15.451.0021.1.014-CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÕES
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 600.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 630.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 01 de Junho de 2009
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.
ROSÂNGELA MIRANDA CRISTINA MOTTA
Chefe de Gabinete

Republicação do Decreto Nº 001966/09

DECRETO Nº 001966/09 DE 3 DE JUNHO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08 de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER
05.01 - SETOR DE EDUCACAO
05.01.12.361.0011.2.015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER
05.01 - SETOR DE EDUCACAO
05.01.12.361.0011.2.015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 03 de Junho de 2009
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.
ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Repúblicação do Decreto Nº 001967/09

DECRETO Nº 001967/09 DE 3 DE JUNHO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPÉRAVIT FINAN-
CEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribui-
ções que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHRO-
EDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001691/08
de 4 de Novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de
R\$ 45.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

09.01.10.301.0026.2.042 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica R\$ 30.000,00

09.01.10.305.0026.2.047 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa
Jurídica ... R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo
anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial
e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 15.000,00

Subtrair superávit financeiro R\$30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogada as disposições em contrário.

Schroeder (SC), 03 de Junho de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Repúblicação do Decreto Nº 001968/09

DECRETO Nº 001968/09 DE 9 DE JUNHO DE 2009
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DO-
TAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribui-
ções que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHRO-
EDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001733/09 de 9
de Junho de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$
405.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

03.01 - SETOR DE ADMINISTRACAO

03.01.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ADMI-
NISTRAÇÃO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 45.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 15.000,00

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER

05.01 - SETOR DE EDUCACAO

05.01.12.365.0011.2.059 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDU-
CAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 230.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

07.05 - SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA

07.05.17.512.0013.1.016 - REDE DE ESGOTO SANITÁRIO E
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 115.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo
anterior serão utilizados recursos

proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s)
dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRET.DE EDUC.,CULTURA,ESPORTE E LAZER

05.01 - SETOR DE EDUCACAO

05.01.12.365.0011.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES
MUNICIPAIS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 230.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

07.05 - SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA

07.05.17.512.0013.2.036 - MANUT. DO SETOR DE SANEAM E
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 175.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogada as disposições em
contrário.

Schroeder (SC), 09 de Junho de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na mesma data

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**Termo de Homologação da Chamada Pública
Nº 07/2009-FMS**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N 07/2009-FMS

O Prefeito Municipal FELIPE VOIGT no uso de suas atribuições
que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei
8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclu-
sivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o
credenciamento da empresa:

- RADIO HORTÊNCIA LTDA.

Sendo o valor a ser pago de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), para
prestação de serviços especializados de emissoras de radiofusão
e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar
serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e
Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural
do Município de Schroeder - SC, para veiculação de publicidade
dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade
de Schroeder, com inserções de 30 segundos (cada), distribuídos
nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional,
conforme exigências do edital de credenciamento.

Schroeder, 28 de Julho de 2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

II Errata de Edital Pregão Presencial Nº 31/2009-FMS

II ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2009-FMS

PROCESSO Nº. 40/2009-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal uso de suas atribuições torna público, para
conhecimento dos interessados Errata de Data e alteração no item

do Anexo X – Termo de Referência no Edital de Pregão Presencial nº. 31/2009-FMS, ficando assim determinado:

Onde se lê:

a) Data: 05 de Agosto de 2009.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201 – Centro – Schroeder – SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09h45min.

d) Abertura do processo: às 10h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 05 de Agosto de 2009 às 09h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - C.

Leia-se:

a) Data: 10 de Agosto de 2009.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201 – Centro – Schroeder – SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 13h45min.

d) Abertura do processo: às 14h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 10 de Agosto de 2009 às 13h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - C.

Onde se lê:

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

18.1.3 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saúde e Assistência Social (SC), de segunda a sexta feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

Leia-se:

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

18.1.3 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saúde e Assistência Social (SC), de segunda a sexta feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

Onde se lê:

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2009-FMS

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1.3 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saúde e Assistência Social (SC), de segunda a sexta feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

Leia-se:

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2009-FMS

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto

nesta cláusula primeira, a entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de até 90 (noventa) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1.4 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saúde e Assistência Social (SC), de segunda a sexta feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

Os demais itens ficam inalterados.

Schroeder, 28 de Julho de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 64/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 64/2009-FMS

Processo de licitação nº. 37/2009 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2009 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: LAVAÇÃO MARECHAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.922.393/0001-77, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.770, centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para serviço de lavagem de veículos da frota da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses.

Valor: R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

Data da Assinatura: 28/07/2009

Vigência: 28/07/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Edital de Praça Nº 02/2009-PMS

EDITAL DE PRAÇA Nº. 02/2009-PMS

O Município de Schroeder neste ato representado por seu Prefeito Municipal Felipe Voigt, no exercício de suas atribuições, faz saber que passa a vigorar o prazo legal para lançamento da Contribuição de Melhorias, referente Pavimentação Asfáltica para os moradores lindeiros da Rua MARECHAL CASTELO BRANCO, II trecho, ficando assim determinado o custo de Pavimentação e Sinalização horizontal; o fator de absorção, o trecho beneficiado pela obra pública e a descrição através de memorial:

I - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO E CUSTO DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados:

ORÇAMENTO					
Item	Discriminação	Unid	Quantidade	Custo Unit	Custo Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra	unid	4,00	R\$ 159,00	R\$ 636,00
2	PAVIMENTAÇÃO				
2.1	Compactação de embocques a 100% PN	m²	400,00	R\$ 1,80	R\$ 720,00

2.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	40,00	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00
2.3	Imprimação com CM - 30 para emboques	m²	400,00	R\$ 2,30	R\$ 920,00
2.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	27.575,00	R\$ 1,30	R\$ 35.847,50
2.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
2.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 em todos os emboques não pavimentados.	m³	20,00	R\$ 360,00	R\$ 7.200,00
2.5.3	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 8,0 cm em duas camadas.	m³	1.112,00	R\$ 360,00	R\$ 400,320,00
3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
3.1	Sinalização horizontal				
3.2	Pintura de faixas, setas, zebraados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	635,00	R\$ 16,00	R\$ 10.160,00
TOTAL RUA MARECHAL CASTELO BRANCO					458.403,50

II – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada com pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo a Rua Marechal Castelo Branco, (com fornecimento de mão - de - obra, materiais e equipamentos necessários) do trecho entre a Igreja da Paz e o Colégio Miguel Couto, abrangendo uma extensão de 1.276,50 metros, perfazendo uma área total de 13.960m².

III - CUSTO DA OBRA:

Conforme processo de licitação realizado pelo Setor Responsável, o valor total da proposta vencedora frente a obra importará em R\$ 458.403,50 (Quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e três reais e cinquenta centavos), ao qual encontra-se a disposição dos contribuintes interessados no Setor de Licitações.

IV - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis lindeiros fronteiros será de R\$8.716,90 (Oito mil, setecentos e dezesseis reais e noventa centavos)

DISTRIBUIÇÃO DE CUSTOS PARA CADA LINDEIRO DA RUA MARECHAL CASTELO BRANCO

IMÓVEL	LINDEIRO LADO DIREITO	Testada (m)	Área m2	Custo R\$/m2	Custo R\$ total
17	CAMILA PRADELLA	15,00	75,00	28,58	2.143,50
3100	NELSI RODRIGUES	30,00	150,00	28,58	4.287,00
TOTAL GERAL					6.430,50
IMÓVEL	LINDEIRO LADO ESQUERDO	Testada (m)	Área m2	Custo R\$/m2	Custo R\$ Total
2995	MIRIAM MARIA VASEL	16,00	80,00	28,58	2.286,40
TOTAL GERAL					2.286,40

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS**A) Rua Marechal Castelo Branco:**

Participação dos proprietários dos imóveis no lado direito	6.430,50
Participação dos proprietários dos imóveis no lado esquerdo	2.286,40
Total	8.716,90

V - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um valor de absorção estimado em R\$252.971,60 (Duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais, sessenta centavos).

VI - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo cinco anos.

VII - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a testada dos imóveis e é devida pelos proprietários aderentes ou não ao contrato de execução da obra, pelo qual será executada a Rua delimitada no item II deste edital.

Cientificamos aos proprietários beneficiados, pela obra pública que a distribuição de custos para cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, Publicado no Diário Oficial dos Municípios no site - www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site do Município - www.schroeder.sc.gov.br.

O prazo para contestação dos itens relatados neste edital, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder (SC), 17 de julho de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 105/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato N° 105/2009

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Inovar Prestadora de Serviços de Máquinas Ltda-ME.

Objeto: Contratação de serviços de máquina Retroescavadeira com tração 4x4, e Escavadeira hidráulica para as atividades do programa da Secretaria Municipal da Agricultura e de Transportes e Obras, nas propriedades e estradas municipais.

Origem: Processo de Licitação nº 43/2009 e Pregão 15/2009.

Vigência: 08/05/2009 a 31/12/2009

Valor: R\$ 149,50 (Cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ 29.900,00 (Vinte e nove mil e novecentos reais).

Tunápolis, SC, aos 08 de Maio de 2009

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 118/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato N° 118/2009

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Restaurante Pauli Ltda-ME.

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios, para o programa 2ºTempo, que irá beneficiar os alunos do Ensino Fundamental e

Médio, que realizarão práticas esportivas e pedagógicas.
Origem: Processo de Licitação nº 48/2009 e Pregão 17/2009.
Vigência: 19/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 825,50 (Oitocentos e vinte cinco reais e cinquenta centavos).

Tunápolis, SC, aos 19 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 119/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato N° 119/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Sueli Terezinha Gossler Freibereger ME.
Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios, para o programa 2ºTempo, que irá beneficiar os alunos do Ensino Fundamental e Médio, que realizarão práticas esportivas e pedagógicas.
Origem: Processo de Licitação nº 48/2009 e Pregão 17/2009.
Vigência: 19/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 756,16 (Setecentos e cinquenta seis reais e dezesseis centavos).

Tunápolis, SC, aos 19 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 120/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato N° 120/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Confeitaria Gostinho Bom Ltda.
Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios, para o programa 2ºTempo, que irá beneficiar os alunos do Ensino Fundamental e Médio, que realizarão práticas esportivas e pedagógicas.
Origem: Processo de Licitação nº 48/2009 e Pregão 17/2009.
Vigência: 19/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 7.134,08 (Sete mil cento e trinta quatro reais e oito centavos).

Tunápolis, SC, aos 19 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 121/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato N° 121/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Teletrônica Pinhal Ltda.
Objeto: Aquisição do Kit de equipamentos para instalação do sistema de transmissão de dados das cobranças bancárias, Link on-line de tributos, serviços e taxas da Municipalidade em banco conveniado.
Origem: Processo de Licitação nº 51/2009 e Convite nº 30/2009.
Vigência: 30/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 4.850,00 (Quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

Tunápolis, SC, aos 30 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 122/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato nº 122/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Ind.& Com. de Produtos Coloniais Rother Ltda - ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação nº 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009
Valor: R\$ 4.556,36 (Quatro mil quinhentos e cinquenta seis reais e trinta seis centavos).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 123/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato nº 123/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Ecos Comercial Ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação nº 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009
Valor: R\$ 5.637,02 (Cinco mil seiscentos e trinta sete reais e dois centavos).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 124/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato nº 124/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Cléria Maria Schneider Flach ME.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação nº 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009
Valor: R\$ 1.670,00 (Um mil, seiscentos e setenta reais).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 125/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato nº 125/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Confeitaria Gostinho Bom Ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação nº 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009
Valor: R\$ 7.194,00 (Sete mil cento e noventa quatro reais).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 126/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato nº 126/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e
Cooperativa A1.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação nº 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009

Valor: R\$ 2.936,36 (Dois mil novecentos e trinta seis reais e trinta seis centavos).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 127/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato n° 127/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Comercial Spies Ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.
Origem: Processo de Licitação n° 50/2009 e Pregão 18/2009.
Vigência: 06/07/2009 a 31/10/2009
Valor: R\$ 1.949,35 (Um mil novecentos e quarenta nove reais e trinta e cinco centavos).

Tunápolis, SC, aos 06 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 128/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato n° 128/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Lider Serviços de Informática Ltda-ME.
Objeto: Contratação de serviços de Técnico em Informática a serem prestados pelo contratado em todos os setores da Administração Municipal para o exercício de 2009.
Origem: Processo de Licitação n° 53/2009 e Convite n° 31/2009 .
Vigência: 08/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 34,50 (trinta e quatro reais e cinquenta centavos) por hora.

Tunápolis, SC, aos 08 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 129/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato n° 129/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Joel Roque Spies & Cia Ltda-ME.
Objeto: Contratação de serviços de Técnico em Informática a serem prestados pelo contratado em todos os setores da Administração Municipal para o exercício de 2009.
Origem: Processo de Licitação n° 53/2009 e Convite n° 31/2009.
Vigência: 08/07/2009 a 31/12/2009
Valor: R\$ 13,00 (Treze reais) por hora.

Tunápolis, SC, aos 08 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 130/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato n° 130/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Renir Paulo Manfrin ME.
Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiação dos eventos esportivos realizados pela Comissão Municipal de Esportes do Município, para os jogos de inverno.
Origem: Processo de Licitação n° 55/2009 e Pregão 19/2009.
Vigência: 17/07/2009 a 31/12/2009

Valor: R\$ 1.804,20 (Um mil oitocentos e quatro reais e vinte centavos).

Tunápolis, SC, aos 17 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato N° 132/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Extrato de Contrato n° 132/2009
PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e Tubos Maravilha Indústria e Comercio Ltda.
Objeto: Contratação de Obra em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão de obra de pavimentação com pedras irregulares e ponte em concreto armado nas Ruas: Santo Ângelo, e São Lourenço e parte da Avenida Cerro Largo.
Origem: Processo de Licitação n° 52/2009 Edital Tomada de Preços 04/2009.
Vigência: 20/07/2009 a 20/10/2009
Valor: R\$ 329.987,65 (Trezentos vinte e nove mil, novecentos e oitenta sete reais e sessenta cinco centavos).

Tunápolis, SC, aos 20 de Julho de 2009
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

EDITAL N° 006/2009 - Chamamento para inscrição Curso Recursos Humanos na Administração Pública Municipal

EDITAL N° 006/2009
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO
RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Proporcionar aos agentes públicos o conhecimento ou atualização das normas legais e da jurisprudência aplicáveis aos servidores públicos.

2. PÚBLICO ALVO

Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Responsáveis pelas áreas/ departamento de RH e demais profissionais interessados.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Chapecó/SC AMOSC Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina Av. Getúlio Vargas, 571 – Chapecó/SC
Período das inscrições	De 28/07/2009 até 08/09/2009
Vencimento do boleto de cobrança	08/09/2009
Homologação das inscrições	10/09/2009
Período de Realização do Curso	14/09 e 15/09/2009

Carga horária	20 horas
Quantidade de Vagas	50 pessoas

QUADRO II

Cidade/Local	Lages/SC AMURES Associação dos Municípios da Região Serrana Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Lages/SC
Período das inscrições	De 28/07/2009 até 09/09/2009
Vencimento do boleto de cobrança	09/09/2009
Homologação das inscrições	14/09/2009
Período de Realização do Curso	17/09 e 18/09/2009
Carga horária	20 horas
Quantidade de Vagas	50 pessoas

QUADRO III

Cidade/Local	Araranguá/SC AMESC Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense Praça Sagrada Família, 33 – Ara- ranguá/SC
Período das inscrições	De 28/07/2009 até 22/09/2009
Vencimento do boleto de cobrança	22/09/2009
Homologação das inscrições	25/09/2009
Período de Realização do Curso	29/09 e 30/09/2009
Carga horária	20 horas
Quantidade de Vagas	50 pessoas

QUADRO IV

Cidade/Local	Joinville/SC AMUNESC Associação dos Municípios do Nor- deste de Santa Catarina Rua Max Colin, 1843 – Joinville/SC
Período das inscrições	De 28/07/2009 até 30/09/2009
Vencimento do boleto de cobrança	30/09/2009
Homologação das inscrições	02/10/2009
Período de Realização do Curso	07/10 e 08/10/2009
Carga horária	20 horas
Quantidade de Vagas	80 pessoas

4. VALOR DAS INSCRIÇÕES

QUADRO I

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Servidores de municípios filiados à FE- CAM – a partir da segunda inscrição do município	R\$ 100,00
Demais participantes	R\$ 300,00

5. INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES ABERTAS NO PERÍODO DE ACORDO COM A OPÇÃO DA LOCALIDADE – VIDE QUADROS NO ITEM 3. CALENDÁRIO.

O processo de inscrição será realizado através do site da Escola de Gestão Pública Municipal na internet (www.egem.org.br) e seguirão as condições descritas no item 3 e 4 deste Edital.

6. TAXA DE COMPROMISSO

Para participar do evento será cobrada a taxa de inscrição indicada nas opções, não reembolsável. O pagamento desta taxa caracterizará o compromisso de participação no evento.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens, caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores, desde já, autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem direito a devolução da taxa de confirmação de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição, conforme item anterior, ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera;
- Estar ciente que no caso de cancelamento de inscrição, após a data final para homologação indicada no Calendário (quadro I - Item 3 deste edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

7. PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DA TAXA DE COMPROMISSO

Forma de pagamento: Após realizar sua inscrição através do site, será enviado um boleto bancário por e-mail, com vencimento para o dia de acordo com os quadros constantes no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá através do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Praça XV de Novembro, 270. Centro - Florianópolis/SC
Telefone: 48-3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso, serão enviadas as notas fiscais, junto com os certificados de participação, emitidos pela EGEM, por correio para endereço constante no cadastro, informando no momento da inscrição.

8. PROGRAMAÇÃO

Conteúdo Programático**PRIMEIRO DIA**

Manhã Das 08h30 às 12h	Agentes públicos Definição e classificação dos agentes públicos Regime Jurídico Cargo público, emprego público e função pública Contratação temporária Direitos e deveres constitucionais do agente público Estágio probatório Estabilidade Estagiários – as inovações da Lei nº 11.788/2008
Tarde Das 13h30 às 17h30	Sistema Remuneratório Espécies de remuneração Fixação da remuneração Teto e limite remuneratório Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas Irredutibilidade Isonomia Revisão Geral Anual Adicional de Insalubridade Os agentes públicos no Programa Saúde da Família - PSF e nos Consórcios Públicos Análise da Emenda Constitucional nº 51/06 e da Lei nº 11.350/06 - Programa Saúde da Família Análise da Lei nº 11.107/05 e do Decreto federal nº 6.017/07 - Consórcios Públicos O regime jurídico único e a decisão do STF - repercussões nos municípios Problemas ainda existentes nos municípios

SEGUNDO DIA

Manhã Das 08h30 às 12h	Concurso Público Requisitos e exigências Prova escrita e oral Prova de aptidão física Exame de títulos Exame psicológico Controle jurisdicional Processo seletivo Concurso interno
Tarde Das 13h30 às 17h30	Processo Administrativo Disciplinar Sindicância Processo Disciplinar Principal Princípios Processamento Sanções aplicáveis Nulidades existentes Prescrição disciplinar

9. PALESTRANTE

Currículo Resumido: Sr. Marcos Fey Probst, advogado e assessor jurídico da FECAM.

Observações Importantes:

- a) O material dos cursos será disponibilizado na página da EGEM na Internet, uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-los.
- b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Informações sobre inscrições com a equipe da Escola de Gestão Pública Municipal pelo e-mail: eventos@egem.org.br

Observação: Todas as divulgações, e alterações se necessárias, acontecerão por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br), FIQUE ATENTO!

10. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

AMARP**Ata Nº 001/2009-**

ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, às quinze horas, tendo como local o Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe-AMARP, os prefeitos dos municípios com as Leis Autorizando a entrada do município no CIS-AMARP-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, devidamente autorizadas: Frei Rogério, Salto Veloso, Macieira, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Ibiam, Calmon, Iomerê, Rio das Antas e Arroio Trinta. Após abertura feita Pela Assistente Social Beatriz Maria Perotto Preto, responsável pela coordenação da implantação e efetivação do Consórcio Intermunicipal de Saúde junto a AMARP, Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. A mesma expôs sobre a estruturação em conformidade com a Lei 11.107/2005, esclarecendo também aspectos sobre o funcionamento. Repassou aos presentes que de acordo com o Protocolo de Intenções firmado entre os municípios integrantes da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, aprovado em 11 de julho de 2008, com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei Nº11.705/2005 e legislação pertinente. Em seu Art. 1º-parágrafo único-o CIS-AMARP adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções. Colocou aos presentes que já são quatro os municípios subscritores do Protocolo de Intenções que são: Macieira, Pinheiro Preto, Iomerê e Rio das Antas e que com os demais municípios já são dez (10) os municípios com as Leis au-

torizando o ingresso no CIS-AMARP. Foi discutido entre os presentes que fosse encaminhado a documentação para legalização do CIS-AMARP o mais rápido possível, pois a necessidade dos municípios é urgente, visto a dificuldade de encaminhar pacientes para realizar consultas de especialidades e exames de média e alta complexidade. Em seguida passou-se a discutir sobre a formação de uma Diretoria com o objetivo de dar os encaminhamentos necessários. Passou-se então a Eleição da Diretoria que ficou assim constituída: Presidente: Cláudio Spricigo, prefeito de Arroio Trinta; 1º Vice-Presidente: Eusébio Viecegli, prefeito de Pinheiro Preto; 2º Vice-Presidente: Pedrinho Ansilieiro, prefeito de Salto Veloso; Secretário: Antoninho Baldissera, prefeito de Iomerê; Tesoureiro: Alcir José Bodanese, prefeito de Rio das Antas. Concluídos os trabalhos relativos à Eleição da Diretoria foi marcada uma reunião para o dia quinze (15) de junho às quinze horas e trinta minutos no mesmo local para discussão e análise dos documentos relativos a legalização do CIS-AMARP. Esgotada a pauta o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, mandou lavrar a presente ata que vai assinada a quem de direito.

Videira, 08 de junho de 2009.

Presentes:

Cláudio Spricigo-Prefeito de Arroio Trinta;
Alcides Francisco Boff-Prefeito de Calmon;
Ivonete Zager Filisbino-Prefeita de Frei Rogério;
Nelson Grassi-Prefeito de Ibiam;
Altoninho Baldissera-Prefeito de Iomerê;
Euzébio Viecegli-Prefeito de Pinheiro Preto;
Alcir José Bodanese-Prefeito de Rio das Antas;
Pedrinho Ansilieiro-Prefeito de Salto Veloso;
Solange De Bortolli Beal-Secretária de Saúde de Iomerê;
Nilce Pinz-Secretária de Saúde de Fraiburgo;
Ataize Zuffo-Secretária de Saúde de Salto Veloso;
Sueli Aparecida Milani-Secretária de Saúde de Calmon;
Marlene Niquelatti-Secretária de Saúde de Rio das Antas;
Rosalino Camussato-Secretário de Saúde de Macieira.

Consórcios

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 05/2009

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
– CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 05/09

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/09

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de relógio ponto modelo biométrico.

CONTRATADO: ART CARD LTDA.

CNPJ: 05449.347/0001-30

VALOR: R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA